



PROCESSO	:	17.564-1/2018
PRINCIPAL	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA
ASSUNTO	:	REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA
RELATOR	:	CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS AZEVEDO COSTA PEREIRA
EQUIPE TÉCNICA	:	MARCELO EDUARDO BUSSIKI RONDON - AUDITOR PÚBLICO EXTERNO

RELATÓRIO TÉCNICO DE DEFESA

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de análise da alegação de defesa que objetiva esclarecer o teor das irregularidades elencadas no Relatório Técnico¹ desta Representação de Natureza Externa, proposta pelo Controlador Geral do Município de Rondolândia, Sr. Rafael Chama de Queiroz, a qual foi apensado² o processo nº 110-4/2019, Representação de Natureza Externa, também de sua autoria, cujo objeto denunciado é idêntico ao da presente Representação.

O referido Relatório Técnico registrou a ocorrência de 2 (duas) irregularidades de natureza grave, conforme cartilha de classificação de irregularidades aprovada pela Resolução Normativa 2/2015.

Uma irregularidade, relativa ao não exercício de cargo de contador por servidor efetivo, foi imputada a **Sra. Bett Sabah Marinho da Silva**, ex-prefeita de Rondolândia, e ao **Sr. Agnaldo Rodrigues de Carvalho**, ex-prefeito de Rondolândia.

A outra irregularidade, referente à realização de despesas com servidor comissionado para efetuar as atividades de contador, sem a efetiva comprovação da prestação dos serviços, fora atribuída ao **Sr. Agnaldo Rodrigues de Carvalho**, ex-prefeito de Rondolândia, e ao servidor comissionado, **Sr. Clodinei Lorenzson**.

¹ Documento Digital nº 96508/2018.

² Processo nº 110-4/2019 - Documento Digital nº 31999/2020.





Para dar andamento processual, buscou-se realizar a citação da Sra. Bett Sabah Marinho da Silva, ex-prefeita de Rondolândia, mediante o ofício nº 741/2018³, enviado em 26.06.2018, pelo Portal da Unidade Gestora – PUG⁴, para que a ex-gestora manifeste-se sobre o teor do Relatório Técnico⁵.

Em 26.06.2018, foram encaminhados pelo PUG⁶, os ofícios nºs 738/2018⁷ e 739/2018⁸ visando citar o Sr. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, ex-prefeito de Rondolândia, para que apresente suas alegações de defesa sobre as irregularidades que lhe foram imputadas no referido Relatório Técnico.

Expirado o prazo concedido, a Gerência de Controle de Processos Diligenciados, em 18.07.2018, informou⁹ que não foi protocolada nenhuma manifestação.

Nova tentativa de citação, desta vez por via postal, foi realizada à Sra. Bett Sabah Marinho da Silva, mediante ofício nº 998/2018¹⁰, datado de 03.08.2018, todavia, em 31.08.2018, a Gerência de Controle de Processos Diligenciados informou que a correspondência fora devolvida¹¹ pelos Correios com status de “Não Procurado”.

Em virtude disso, as citações¹² da Sra. Bett Sabah Marinho da Silva e do Sr. Agnaldo Rodrigues de Carvalho foram realizadas por Edital, divulgado no Diário Oficial de Contas – DOC do dia 06.09.2018, edição nº 1436.

Em 24.09.2018, a Sra. Bett Sabah Marinho da Silva requereu¹³ dilação de prazo para envio da sua alegação de defesa.

Em 26.09.2018, foi-lhe comunicado, por meio do ofício nº 1219/2018¹⁴, o deferimento da prorrogação de prazo 15 (quinze) dias para que se manifeste sobre o teor do Relatório Técnico⁵.

³ Documento Digital nº 113673/2018.

⁴ Documento Digital nº 113674/2018.

⁵ Documento Digital nº 96508/2018.

⁶ Documento Digital nº 113676/2018 e 113678/2018.

⁷ Documento Digital nº 113677/2018.

⁸ Documento Digital nº 113675/2018.

⁹ Documento Digital nº 130052/2018.

¹⁰ Documento Digital nº 151412/2018.

¹¹ Documento Digital nº 172094/2018.

¹² Documento Digital nº 176190/2018 e 176191/2018.

¹³ Documento Digital nº 186287 e 186460/2018.

¹⁴ Documento Digital nº 188329/2018.





Em 17.10.2018, a manifestação de defesa da Sra. Bett Sabah Marinho da Silva foi protolada¹⁵, buscando sanar a irregularidade sob sua responsabilidade.

Já quanto ao Sr. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, que não atendeu os chamados para apresentar sua alegação de defesa sobre os apontamentos sob sua responsabilidade, por meio do Julgamento Singular nº 1002/LHL/2018¹⁶, foi declarada, em 29.10.2018, a sua revelia, com fundamento no artigo 6º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 269/2007 c/c o artigo 140, § 1º, da Resolução Normativa 14/2007.

Passados quase 3 (três) meses da declaração da sua revelia, o Sr. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, ex-prefeito de Rondolândia, protocolou¹⁷ pedido de dilação de prazo para se manifestar nos autos, todavia o Conselheiro Relator, Luiz Henrique Lima, indeferiu¹⁸ sua solicitação por já ter sido declarada sua revelia.

Retornando os autos à Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal – Secex de Atos de Pessoal, observou-se que, por meio da Informação Técnica¹⁹, o Sr. Clodinei Lorenzzon, responsável por uma irregularidade elencada no Relatório Técnico²⁰, não foi citado para apresentar sua alegação de defesa, estando, portanto, o andamento processual prejudicado, por isso, em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa, deveria ser oportunizada a sua citação.

Em 09.12.2019, foi expedido o ofício nº 1804/2019/GCI/LHL²¹, encaminhado via PUG²², para citação do Sr. Clodinei Lorenzzon, buscando que se manifeste sobre o teor da irregularidade sob sua responsabilidade registrada no referido Relatório Técnico.

Entretanto, como a tentativa de citação não obteve êxito, procedeu-se uma nova citação via edital²³, publicado no Diário Oficial de Contas – DOC do dia 06.02.2020, edição nº 1838.

Com fundamento no artigo 6º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 269/2007 c/c o artigo 140, § 1º, da Resolução Normativa 14/2007, o Conselheiro Relator declarou revel²⁴ o

¹⁵ Documento Digital nº 211651/2018 e 211878/2018.

¹⁶ Documento Digital nº 215226/2018 e 216768/2018.

¹⁷ Documento Digital nº 4314/2019 e 4968/2019.

¹⁸ Documento Digital nº 9045/2019.

¹⁹ Documento Digital nº 271177/2019.

²⁰ Documento Digital nº 96508/2018.

²¹ Documento Digital nº 280706/2019.

²² Documento Digital nº 280707/2019.

²³ Documento Digital nº 12453/2020 e 13851/2020.

²⁴ Documento Digital nº 44221/2020 e 47549/2020.



Sr. Clodinei Lorenzzon, uma vez que não atendeu os chamados para apresentar esclarecimentos sobre a irregularidade sob sua responsabilidade.

Por fim, os autos foram remetidos para Secex de Atos de Pessoal, em atendimento à decisão²⁵ para que realize a análise de defesa, considerando os documentos presentes no processo nº 110-4/2019, apensado a estes autos.

Ao analisar os documentos, constantes no processo nº 110-4/2019, Representação de Natureza Externa, observa-se que o Sr. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, ex-prefeito de Rondolândia, foi instado a apresentar suas alegações em 2 (duas) oportunidades, pois se tratava de pedido de medida cautelar.

O Conselheiro Relator decidiu, em 16.01.2019, ouvir o Representado, antes de tomar sua decisão²⁶ sobre a concessão ou não da medida cautelatória.

Após o indeferimento da medida cautelar, o Relator determinou²⁷, em 06.02.2019, nova citação para que o Representado apresente sua manifestação de defesa.

Porém, somente em 25.02.2019 e 27.02.2019, o Representado protocolou 2 (duas) manifestações²⁸ para esclarecer a irregularidade apontada de cedência, para Prefeitura de Cacoal-RO, do Sr. Lindeberg Miguel Arcanjo, ocupante do cargo efetivo de contador da Prefeitura de Rondolândia, **mesmo objeto desta Representação**.

Assim, essa manifestação de defesa²⁸ juntamente com a alegação de defesa²⁹ encaminhada pela Sra. Bett Sabah Marinho da Silva, ex-prefeita de Rondolândia, serão analisadas no tópico seguinte “Análise da Defesa”, já quanto ao Sr. Clodinei Lorenzzon, declarado revel, não enviou sua manifestação de defesa.

2. DA ANÁLISE DA DEFESA

A análise da manifestação de defesa foi realizada, em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 2281/2021.

Será objeto da análise de defesa 2 (duas) irregularidades relacionadas no Relatório

²⁵ Documento Digital nº 44221/2020.

²⁶ Processo nº 110-4/2019 - Documento Digital nº 296/2019.

²⁷ Processo nº 110-4/2019 - Documento Digital nº 18873/2019.

²⁸ Processo nº 110-4/2019 - Documento Digital nº 35524/2019 e 38263/2019.

²⁹ Documento Digital nº 211651/2018 e 211878/2018.



Técnico³⁰, uma delas imputada à Sra. Bett Sabah Marinho da Silva, ex-prefeita de Rondolândia, e ao Sr. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, ex-prefeito de Rondolândia.

A segunda irregularidade foi atribuída ao Sr. Agnaldo Rodrigues de Carvalho e ao servidor comissionado, Sr. Clodinei Lorenzton.

Como mencionado no tópico anterior, a análise da manifestação de defesa analisará as alegações e os documentos apresentados pela Sra. Bett Sabah Marinho da Silva³¹ e pelo Sr. Agnaldo Rodrigues de Carvalho³², uma vez que o Sr. Clodinei Lorenzton não se manifestou.

2.1. Achado nº 1. O cargo de contador não é exercido por servidor concursado para este cargo, contrariando o inciso II do art. 37 da Constituição Federal. **(Item 3.2.1.). REINCIDENTE**, visto que já foi objeto de apontamento nas contas anuais de 2014, com Determinação no Acórdão.**KB10**

Em que pese as alegações e os documentos apresentados pela Sra. Bett Sabah Marinho da Silva³³ e pelo Sr. Agnaldo Rodrigues de Carvalho³⁴ para justificar o presente apontamento, ao analisar o achado de auditoria, constataram-se falhas capazes de comprometer o julgamento desta Representação, as quais estão detalhadas no tópico abaixo:

Análise da Auditoria sobre o achado

Ao observar o presente achado de auditoria, verificou-se a necessidade de analisar consistência dos seus atributos.

Nesse sentido, o Manual de Auditoria de Conformidade deste Tribunal, aprovado pela Resolução Normativa TCE/MT 13/2016, apresenta um detalhamento dos atributos de um achado de auditoria.

A análise dos atributos deste achado apresentou discrepâncias que viciam a presente Representação, as quais estão detalhadas abaixo.

A situação encontrada do achado não se relaciona diretamente com a irregularidade.

Observa-se que a ocorrência da irregularidade é contextualizada com o não atendimento da determinação para que as atividades de contabilidade sejam exercidas por

³⁰ Documento Digital nº 96508/2018.

³¹ Documento Digital nº 211651/2018 e 211878/2018.

³² Processo nº 110-4/2019 - Documento Digital nº 35524/2019 e 38263/2019.

³³ Documento Digital nº 211651/2018 e 211878/2018.

³⁴ Processo nº 110-4/2019 - Documento Digital nº 35524/2019 e 38263/2019.





servidor efetivo decorrente do Acórdão 3.430/2015, que julgou as contas anuais de gestão da Prefeitura Municipal de Rondolândia do exercício de 2014, nos termos no Relatório Técnico³⁵:

“O Acórdão nº 3430/2015, de 15/10/2015, referente ao julgamento das contas de 2014, Determinou, no item 8, que as atividades de contabilidade sejam realizadas por servidor efetivo, seja criando mais um cargo de contador, o qual deverá ser preenchido por servidor aprovado em concurso público, ou solicitando que o servidor cedido retorne às atividades junto à Prefeitura, em obediência aos ditames da Constituição Federal (subitem 8.1 – KB 10). Portanto, fica comprovado que até a presente data o Município não cumpriu a determinação do TCE/MT de que as atividades contábeis sejam realizadas por servidor efetivo, permanecendo irregular. Do exposto, sugere-se a citação dos responsáveis para apresentação da defesa acerca irregularidade (...)” (Grifo nosso)

Como pode ser observado, a situação encontrada traz, de forma pormenorizada, uma ocorrência de descumprimento de determinação de decisão do TCE-MT, demonstrando que o gestor não adotou os procedimentos para o seu cumprimento, desobedecendo ao parágrafo único do art. 262 do Regimento Interno TCE-MT (critério de auditoria), gerando, **na verdade**, um achado de auditoria cuja irregularidade é o descumprimento de uma determinação.

Dessa maneira, fica evidente que a situação encontrada não se relaciona com a irregularidade apontada “KB10”³⁶, cujo critério é o inciso II do art. 37 da Constituição Federal.

Ao classificar equivocadamente a irregularidade, os elementos de responsabilização do achado como a conduta e o nexo de causalidade acabaram sendo preenchidos incorretamente.

A conduta praticada pelos responsáveis de desobedecer à determinação contida no Acórdão 3.430/2015, não guarda relação com irregularidade “KB10” e, conseqüentemente, com o seu critério de auditoria, inciso II do art. 37 da Constituição Federal.

Da mesma forma, o nexo de causalidade que relatou o descumprimento do inciso II do art. 37 da Constituição Federal, quando o dispositivo infringindo seria o parágrafo único do art. 262 do Regimento Interno TCE-MT, não se relacionando diretamente com o achado de auditoria e nem com a conduta dos responsáveis.

Por todo exposto, a irregularidade “KB10”³⁶ cujo critério é o inciso II do art. 37 da Constituição Federal estabelece, que a investidura em cargo público, em regra, depende de aprovação em concurso público, foi adotada equivocadamente.

Eventuais falhas, na composição do achado, comprometem à presente

³⁵ Documento Digital nº 96508/2018 (Págs. 06-07).

³⁶ Estabelecida pela cartilha de classificação de irregularidades aprovada pela Resolução Normativa 2/2015.





Representação, prejudica os responsáveis que podem ser penalizados por condutas e irregularidades atribuídas equivocadamente, bem como causam prejuízos a este Tribunal e à sociedade.

A **irregularidade correta seria descumprimento de decisão deste Tribunal de Contas**, que é classificada como “NA01”³⁷, tendo como critério o parágrafo único do art. 262 do Regimento Interno TCE-MT diferente da irregularidade apontada “KB10”³⁵, cujo critério é o inciso II do art. 37 da Constituição Federal.

A irregularidade “NA01” é classificada como de **natureza gravíssima**, enquanto que a “KB10” é estabelecida como de natureza grave pela cartilha de classificação de irregularidades aprovada pela Resolução Normativa TCE-MT 2/2015.

Tal falha, **ainda sanável**, na composição do achado implicou classificação indevida da irregularidade e da sua natureza, que são fatores importantes para aplicação de sanções por este Tribunal de Contas, em especial, as multas, conforme determinam os incisos I e II do art. 3º da Resolução Normativa 17/2016 TP³⁸, que estabelece a gradação de valores para a imputação de multas aos responsáveis e dá outras providências.

Por isso, visando corrigir essa falha na presente Representação, faz-se necessário a retificação do achado de auditoria para boa continuidade do processo, evitando eventuais recursos processuais devido ao comprometimento do referido achado de auditoria, bem como obtendo uma economia processual.

Desse modo, sugere-se a citação dos seguintes responsáveis, nos termos do § 1º do art. 256 do Regimento Interno do TCE-MT, para apresentação de manifestação de defesa acerca da irregularidade a seguir:

³⁷ Estabelecida pela cartilha de classificação de irregularidades aprovada pela Resolução Normativa 2/2015.

³⁸ Art. 3º. As multas aos responsáveis por irregularidades que caracterizem infração a norma legal ou regulamentar, descumprimento de decisão do Tribunal de Contas, reincidência no descumprimento de decisão, sonegação de documento ou informação ao TCE/MT, obstrução ao livre exercício das auditorias, levantamentos, inspeções, acompanhamentos e monitoramentos serão aplicadas com observância aos valores referenciais em UPF/MT estabelecidos a seguir:

I – Irregularidades gravíssimas:

- a) constatação: 11 a 20 UPFs/MT;
- b) reincidência: 16 a 25 UPFs/MT

II – Irregularidades graves:

- a) constatação: 6 a 10 UPFs/MT;
- b) reincidência: 10 a 15 UPFs-MT





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE ATOS DE PESSOAL

Telefone(s): 65 3613-7590 / 7187

e-mail: secex-pessoal@tce.mt.gov.br

1) Descumprimento de determinação contida no Acórdão 3.430/2015, permanecendo as atividades contábeis sendo realizadas por servidor comissionado. **NA01**

Dispositivo Normativo:

O referencial, que deve ser seguido pela gestão, é o cumprimento das determinações exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme estabelece o parágrafo único do art. 262 do Regimento Interno TCE-MT.

RESPONSÁVEL 1: Sra. BETT SABAH MARINHO DA SILVA – ex-prefeita de RONDOLÂNDIA

RESPONSÁVEL 2: Sr. AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO– ex-prefeito de RONDOLÂNDIA

Conduta do Responsável:

Não adotar providências para atender determinação exarada pelo Tribunal de Contas, contrariando o parágrafo único do art. 262 do Regimento Interno do TCE-MT.

Nexo de Causalidade do Responsável:

Ao não tomar providências para atender determinação exarada pelo Tribunal de Contas, o gestor descumpriu o parágrafo único do art. 262 do Regimento Interno do TCE-MT, continuando a atribuir a servidor comissionado a atividade de contabilidade da Prefeitura

Culpabilidade do Responsável:

Não é possível afirmar que houve má-fé do gestor, todavia é razoável afirmar que era exigível conduta diversa daquela adotada, uma vez que o gestor poderia consultar à Procuradoria e Controladoria.

Excludente de Culpabilidade:

NÃO





2.2. Achado nº 2. Nomeação de servidor comissionado para prestação de serviços contábeis sem a efetiva comprovação da realização de suas atividades, configurando despesa lesiva no total de R\$ 54.016,57 no exercício de 2017 (junho a novembro de 2017), cujo valor deve ser restituído, de forma solidária. (Item 3.2.2). **JB01**

RESPONSÁVEL1: Sr. AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO – EX-PREFEITO DE RONDOLÂNDIA

RESPONSÁVEL2: Sr. CLODINEI LORENZZON – EX-SERVIDOR COMISSIONADO DA PREFEITURA DE RONDOLÂNDIA

Manifestação de defesa

Como os 2 (dois) responsáveis, Srs. Agnaldo Rodrigues de Carvalho e Clodinei Lorenzzon, não encaminharam manifestação de defesa, a análise da irregularidade está sendo realizada em conjunto.

O primeiro foi declarado revel³⁹, nos autos da presente Representação, não se manifestando sobre as 2 (duas) irregularidades onde foram imputadas a sua responsabilização. Em atendimento à decisão⁴⁰, aproveitou-se as manifestações⁴¹ encaminhadas, nos autos do processo 110-4/2019, no entanto nessas alegações não foram trazidos nenhum esclarecimento quanto ao presente apontamento.

Já quanto ao segundo responsável, Sr. Clodinei Lorenzzon, também foi declarada a sua revelia⁴², pois não enviou sua alegação de defesa.

Análise da Auditoria sobre a manifestação de defesa

Ante à ausência de encaminhamento de argumentação de defesa, fica mantida a irregularidade.

Entretanto, como no achado anterior, verificou-se a necessidade de observar a consistência dos seus atributos.

³⁹ Documento Digital nº 215226/2018 e 216768/2018.

⁴⁰ Documento Digital nº 44221/2020.

⁴¹ Processo nº 110-4/2019 - Documento Digital nº 35524/2019 e 38263/2019.

⁴² Documento Digital nº 44221/2020 e 47549/2020.





A análise dos atributos deste achado **também** apresentou discrepâncias.

A situação encontrada relatou que as atividades da contabilidade não estariam sendo realizadas pelo Sr. Clodinei Lorenzson, pois não estaria comparecendo na Prefeitura, por isso não haveria nenhuma comprovação do efetivo exercício do cargo, tal fato acarretou em pagamentos de despesas lesivas ao erário.

Como pode ser observado, a situação encontrada do achado não se relaciona diretamente com a irregularidade apontada “JB01”⁴³ cujo critério de auditoria é o art. 15 da Lei Complementar 101/2000 e o art. 4º da Lei 4.320/1964

A nomeação de servidor comissionado, sem comprovar a prestação de serviços do cargo ocupado, não caracteriza desobediência ao art. 15 da Lei Complementar 101/2000⁴⁴ e nem

⁴³ Estabelecida pela cartilha de classificação de irregularidades aprovada pela Resolução Normativa 2/2015.

⁴⁴ Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: [\(Vide ADI 6357\)](#)

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o [§ 3º do art. 182 da Constituição](#).

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. [\(Vide ADI 6357\)](#)

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. [\(Vide Lei Complementar nº 176, de 2020\)](#)

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. [\(Vide Lei Complementar nº 176, de 2020\)](#)

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. [\(Vide Lei Complementar nº 176, de 2020\)](#)

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias. [\(Vide Lei Complementar nº 176, de 2020\)](#)

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar. [\(Vide Lei Complementar nº 176, de 2020\)](#)

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.





ao art. 4º da Lei 4.320/1964⁴⁵ (critério de auditoria), pois não se trata de irregularidade relativa a ausência de autorização orçamentária para execução de despesas de pessoal.

A situação encontrada, **na verdade**, descreve a irregularidade do não comparecimento do servidor para realizar as atividades do cargo de contador geral na Prefeitura Municipal de Rondolândia, contrariando o parágrafo único do art. 27⁴⁶ da Lei Complementar 03/2007, Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Rondolândia⁴⁷, que exige o exercício do cargo comissionado numa jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais com total dedicação ao serviço, logo a classificação adequada da irregularidade seria “KB99”, utilizando como critério o mencionado dispositivo.

A ocorrência da irregularidade foi configurada pelo não comparecimento do servidor para realizar suas atividades na Prefeitura e não pela sua nomeação no cargo comissionado sem a comprovação da prestação de serviços, demonstrando que o achado em si, merece alterações na sua redação.

A conduta imputada ao Sr. Agnaldo Rodrigues de Carvalho não configura que a ação realizada foi determinante para ocorrência da irregularidade, pois a conduta de nomear um servidor não se associa uma despesa lesiva aos cofres públicos, mas sim a ordenação de pagamento desse servidor.

Em consequência da conduta inadequada, o nexo de causalidade acabou sendo equivocadamente descrito nos autos.

Da mesma forma, o nexo de causalidade atribuído ao Sr. Clodinei Lorenzton não guarda relação direta com a conduta.

A conduta atribuída a esse servidor, a não comprovação da prestação de serviços, não demonstra ser o fato determinante para a ocorrência da irregularidade, sendo o mais adequado imputar o fato de não exercer as atividades do cargo comissionado de contador geral.

Em virtude das falhas apontadas na construção do achado de auditoria, como a irregularidade apontada, as condutas imputadas e os nexos de causalidade, faz-se necessário a retificação do achado de auditoria para boa continuidade do processo, evitando eventuais recursos

⁴⁵ Art. 4º A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º.

⁴⁶ Art. 27 – Os ocupantes de cargos de provimento efetivo ficam sujeitos a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo quando houver outra Lei que estabeleça horário específico.

Parágrafo Único – Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração.

⁴⁷ Anexo I





processuais devido ao comprometimento do referido achado de auditoria, bem como obtendo uma economia processual.

Desse modo, sugere-se a citação dos seguintes responsáveis, nos termos do § 1º do art. 256 do Regimento Interno do TCE-MT, para apresentação de manifestação de defesa acerca da irregularidade a seguir:

1) Pagamento indevido de despesas de pessoal, realizadas no período de junho a novembro de 2017, no montante de R\$ 54.016,57, com servidor comissionado ocupante do cargo de contador geral, que não estaria comparecendo para realizar as suas atividades na Prefeitura Municipal de Rondolândia, contrariando o parágrafo único do art. 27 da Lei Complementar 03/2007. **KB99**

Dispositivo Normativo:

O referencial, que deve ser seguido pela gestão, é que os servidores ocupantes de cargos comissionados exerçam as atividades, na Prefeitura Municipal de Rondolândia, numa jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais com total dedicação ao serviço, nos termos do parágrafo único do art. 27⁴⁸ da Lei Complementar 03/2007, Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Rondolândia⁴⁹.

RESPONSÁVEL 1: Sr. AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO– ex-prefeito de RONDOLÂNDIA

Conduta do Responsável:

Ordenar o pagamento das despesas salariais do servidor, ocupante do cargo de contador geral, sem o efetivo exercício das atividades do cargo na Prefeitura Municipal de Rondolândia, contrariando o parágrafo único do art. 27⁴⁸ da Lei Complementar 03/2007.

Nexo de Causalidade do Responsável:

Ao ordenar o pagamento das despesas salariais do servidor, ocupante do cargo de contador geral, sem o efetivo exercício das atividades do cargo na Prefeitura Municipal de Rondolândia, o gestor descumpriu o parágrafo único do art. 27⁴⁸ da Lei Complementar 03/2007.

⁴⁸ Art. 27 – Os ocupantes de cargos de provimento efetivo ficam sujeitos a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo quando houver outra Lei que estabeleça horário específico.

Parágrafo Único – Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração.

⁴⁹ Anexo I





Culpabilidade do Responsável:

Não é possível afirmar que houve boa-fé do gestor, todavia é razoável afirmar que era exigível conduta diversa daquela adotada.

Excludente de Culpabilidade:

NÃO

RESPONSÁVEL 2: Sr. CLODINEI LORENZZON – ex-servidor

Conduta do Responsável:

Não exercer o cargo comissionado, na Prefeitura Municipal, numa jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais com total dedicação ao serviço, contrariando os termos do parágrafo único do art. 27⁵⁰ da Lei Complementar 03/2007, Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Rondolândia⁵¹.

Nexo de Causalidade do Responsável:

Ao não exercer o cargo comissionado, na Prefeitura Municipal, numa jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais com total dedicação ao serviço, o servidor descumpriu o parágrafo único do art. 27 da Lei Complementar 03/2007, Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Rondolândia.

Culpabilidade do Responsável:

Não é possível afirmar que houve boa-fé do gestor, todavia é razoável afirmar que era exigível conduta diversa daquela adotada.

Excludente de Culpabilidade:

NÃO

⁵⁰ Art. 27 – Os ocupantes de cargos de provimento efetivo ficam sujeitos a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo quando houver outra Lei que estabeleça horário específico.

Parágrafo Único – Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração.

⁵¹ Anexo I





3. RESUMO DOS ACHADOS

Após análise da manifestação de defesa, os achados nºs 1 e 2 foram retificados, devendo ser oportunizada nova citação aos responsáveis, garantindo-lhes o contraditório e a ampla defesa.

ACHADO Nº 1	
Título do achado e código da classificação da irregularidade	Descumprimento de determinação contida no Acórdão 3.430/2015, permanecendo as atividades contábeis sendo realizadas por servidor comissionado. NA01
RESPONSABILIZAÇÃO	
Responsável	Bett Sabah Marinho da Silva – ex-Prefeita de Rondolândia Período: 01.01.2013 a 31.12.2016 Aginaldo Rodrigues de Carvalho – ex-Prefeito de Rondolândia Período: 01.01.2017 a 19.08.2018 e 01.01.2019 a 31.12.2020
Descrição da conduta punível	Não adotar providências para atender determinação exarada pelo Tribunal de Contas, contrariando o parágrafo único do art. 262 do Regimento Interno do TCE.
Nexo de causalidade	Ao não tomar providências para atender determinação exarada pelo Tribunal de Contas, o gestor descumpriu o parágrafo único do art. 262 do Regimento Interno do TCE-MT, continuando a atribuir a servidor comissionado a atividade de contabilidade da Prefeitura.

ACHADO Nº 2	
Título do achado e código da classificação da irregularidade	Pagamento indevido de despesas de pessoal, realizadas no período de junho a novembro de 2017, no montante de R\$ 54.016,57, com servidor comissionado ocupante do cargo de contador geral, que não estaria comparecendo para realizar as suas atividades na Prefeitura Municipal de Rondolândia, contrariando o parágrafo único do art. 27 da Lei Complementar 03/2007. KB99





ACHADO Nº 2

RESPONSABILIZAÇÃO

Responsável	Aginaldo Rodrigues de Carvalho – ex-Prefeito de Rondolândia Período: 01.01.2017 a 19.08.2018 e 01.01.2019 a 31.12.2020
Descrição da conduta punível	Ordenar o pagamento das despesas salariais do servidor, ocupante do cargo de contador geral, sem o efetivo exercício das atividades do cargo na Prefeitura Municipal de Rondolândia, contrariando o parágrafo único do art. 27 da Lei Complementar 03/2007.
Nexo de causalidade	Ao ordenar o pagamento das despesas salariais do servidor, ocupante do cargo de contador geral, sem o efetivo exercício das atividades do cargo na Prefeitura Municipal de Rondolândia, o gestor descumpriu o parágrafo único do art. 27 da Lei Complementar 03/2007.
Responsável	Clodinei Lorenzxon – ex-servidor comissionado Período: 02.02.2017 a 01.12.2020
Descrição da conduta punível	Não exercer o cargo comissionado, na Prefeitura Municipal, numa jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais com total dedicação ao serviço, contrariando os termos do parágrafo único do art. 27 da Lei Complementar 03/2007, Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Rondolândia.
Nexo de causalidade	Ao não exercer o cargo comissionado, na Prefeitura Municipal, numa jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais com total dedicação ao serviço, o servidor descumpriu o parágrafo único do art. 27 da Lei Complementar 03/2007, Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Rondolândia.

4. CONCLUSÃO

Por fim, com fulcro do art. 139, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, após análise da manifestação de defesa, dos 2 (dois) achados descritos no Relatório Técnico⁵², conclui-se pela retificação dos achados.

Essa retificação foi fundamental devido à constatação de falhas na composição dos achados capazes de comprometer o julgamento desta Representação.

⁵² Documento Digital nº 96508/2018.





Agora, com as alterações realizadas é essencial efetuar uma nova citação aos responsáveis, nos termos do § 1º do art. 256 do Regimento Interno do TCE-MT, visando garantir o direito ao contraditório e a ampla defesa.

5. PROPOSITURAS

Após concluir essa análise, onde apontou a necessidade da retificação dos 2 (dois) achados de auditoria presentes no Relatório Técnico⁵³, sugere-se ao Conselheiro Relator que:

a) Cite os seguintes responsáveis para apresentar manifestação de defesa, com base no art. 256, §1º do Regimento Interno do TCE/MT, em homenagem ao princípio do contraditório e da ampla defesa assegurado pelo artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal/1988.

RESPONSÁVEL 1: Sra. BETT SABAH MARINHO DA SILVA – ex-prefeita de RONDOLÂNDIA

RESPONSÁVEL 2: Sr. AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO– ex-prefeito de RONDOLÂNDIA

NA 01	Diversos_Gravíssima_01. Descumprimento de determinações com prazo, exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares e/ou acórdãos (art. 262, parágrafo único da Resolução 14/2007 - RITCE).
	Descumprimento de determinação contida no Acórdão 3.430/2015, permanecendo as atividades contábeis sendo realizadas por servidor comissionado. NA01

RESPONSÁVEL 1: Sr. AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO– ex-prefeito de RONDOLÂNDIA

RESPONSÁVEL2: Sr. CLODINEI LORENZZON – EX-SERVIDOR

KB 99	Pessoal_Grave_99. Irregularidade referente a Pessoal, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa no 17/2010 – TCE-MT.
	Pagamento indevido de despesas de pessoal, realizadas no período de junho a novembro de 2017, no montante de R\$ 54.016,57, com servidor comissionado ocupante do cargo de contador geral, que não estaria comparecendo para realizar as suas atividades na Prefeitura Municipal de Rondolândia, contrariando o parágrafo único do art. 27 da Lei Complementar 03/2007. KB99

⁵³ Documento Digital nº 96508/2018.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE ATOS DE PESSOAL

Telefone(s): 65 3613-7590 / 7187

e-mail: secex-pessoal@tce.mt.gov.br

b) determine, após o encaminhamento da manifestação de defesa dos responsáveis, o retorno dos autos à Secex de Atos de Pessoal para elaboração de relatório conclusivo.

É o Relatório.

Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal, Cuiabá-MT, 28 de maio de 2021.

MARCELO EDUARDO BUSSIKI RONDON
Auditor Público Externo





**Tribunal de Contas
Mato Grosso**
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE ATOS DE
PESSOAL**

Telefone(s): 65 3613-7590 / 7187

e-mail: secex-pessoal@tce.mt.gov.br

ANEXO I





**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO**

LEI COMPLEMENTAR Nº 03,

DE 17 DE OUTUBRO DE 2007

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do município de Rondolândia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**TÍTULO I
Das Disposições Preliminares**

Art. 1º - Esta Lei institui o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Rondolândia, de suas autarquias e fundações públicas.

Art. 2º - Regime jurídico único para efeitos desta Lei, é o conjunto de preceitos de provimento e movimentação, direitos e deveres, proibições e responsabilidades, dos servidores públicos, estabelecidos com base nos princípios constitucionais que regem as relações entre o município e seus servidores.

Art. 3º - Na aplicação desta Lei serão observados os seguintes conceitos:

I – servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público;

II – cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor, criado, por Lei, com denominação própria, número certo e pago pelos cofres públicos;



III – classe é a divisão básica da carreira que demonstra a amplitude funcional do cargo no sentido vertical, com os correspondentes níveis de retribuições pecuniárias;
IV – quadro é o conjunto de cargos e funções pertencentes a estrutura organizacional da administração direta, autárquica e das fundações do Município.

§ 1º - As carreiras serão organizadas em classes de cargos dispostos de acordo com a natureza profissional e complexidade de suas atribuições, guardando correlação com a finalidade do órgão ou entidade.

§ 2º - As carreiras compreendem classes de cargos do mesmo grupo profissional, reunidas em segmentos distintos, de acordo com a escolaridade exigida para ingresso.

Art. 4º - Os cargos e funções públicas são acessíveis a todos os brasileiros, que preencham os requisitos estabelecidos em Lei, e são de provimento efetivo ou em comissão.

§ 1º - Os cargos de provimento efetivo serão organizados e providos em carreira.

§ 2º - Os cargos em comissão são os que envolvem atividades de chefia, direção e assessoramento superior, bem como de assistência direta e imediata e são de livre nomeação e exoneração, devendo o seu provimento ser feito, preferencialmente por servidores de carreira técnica ou profissional do próprio Município, na forma expressa na Lei Orgânica Municipal.

Art. 5º - A classificação de cargos e funções obedece ao plano correspondente, estabelecido em Lei.

Art. 6º - É proibida a prestação de serviço gratuito, salvo os casos previstos em Lei.

TÍTULO II

Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e substituição

CAPÍTULO I

Do Provimento

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 7º - São requisitos básicos para investidura em cargo público municipal:

- I** – a nacionalidade brasileira ou naturalizada;
- II** – o gozo dos direitos políticos;
- III** – a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV** – o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V** – a idade mínima de dezoito anos;
- VI** – aptidão física e mental.



§ 1º - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.

§ 2º - As pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservadas um percentual não inferior a 2% (dois por cento) das vagas oferecidas.

Art. 8º - O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder, do dirigente superior de Autarquia ou de Fundação Pública.

Parágrafo Único – As Autarquias e Fundações Públicas, para proverem os seus cargos dependem de prévia autorização do Prefeito Municipal.

Art. 9º - A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 10 – São formas de provimento de cargo público:

- I** – nomeação;
- II** – promoção;
- III** – ascensão;
- IV** – readaptação;
- V** - reversão;
- VI** – reintegração;
- VII** – transferência;
- VIII** – aproveitamento;
- IX** – recondução.

Seção II **Da Nomeação**

Art. 11 – A nomeação far-se-á:

- I** – em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira;
- II** – em comissão, para cargo de confiança, de livre exoneração.

§ 1º - A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

§ 2º - Os demais requisitos para o ingresso e desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, progressão e ascensão, serão estabelecidos pela Lei que fixar o plano de carreiras na administração pública e seus regulamentos.



Seção II

Do Concurso Público

Art. 12 – O concurso será de provas, ou de provas e títulos, conforme dispuser o regulamento e as disposições do Plano de Carreira.

Parágrafo único – A publicação do resultado do concurso deverá ser efetivada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 13 – O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização, serão fixados em edital, que será aplicado conforme normas estabelecidas na Lei Orgânica do Município.

§ 2º - Não se abrirá novo concurso público enquanto houver candidato aprovado para o cargo em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

Seção IV

Da Posse e do Exercício

Art. 14 – Posse é aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de desempenhá-lo com obediência as normas legais e regulamentares, formalizada com assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - A posse ocorrerá no prazo de até trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias, a requerimento do interessado, mediante justificativa.

§ 2º - A posse, excepcionalmente, poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 3º - Em se tratando de servidor em licença, ou em outro afastamento legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 4º - Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 5º - No ato da posse, o servidor apresentará obrigatoriamente, declaração de seus bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração de seus bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo 1º deste artigo.



Art. 15 – A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial do Município ou, em sua falta, quem este indicar.

§ 1º - Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto, física e mentalmente, para exercício do cargo.

§ 2º - A posse do servidor efetivo que for nomeado para outro cargo, independerá de inspeção médica, desde que se encontre em exercício.

Art. 16 – São competentes para dar posse:

I – o prefeito, aos Secretários Municipais e demais autoridades que lhe sejam diretamente subordinadas, inclusive os dirigentes de autarquias e fundações públicas;

II – os Secretários Municipais, aos ocupantes dos cargos em comissão e funções no âmbito das respectivas secretarias;

III – os dirigentes de autarquias e fundações aos ocupantes de cargos em comissão, de funções e cargos efetivos da respectiva entidade;

IV – o Secretário de Administração ou titular de outro órgão de atribuições afins, cuja competência esteja expressa no Regimento Interno, aos servidores efetivos.

Art. 17 – A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se forem satisfeitas as condições estabelecidas em Lei ou regulamento, para a investidura no cargo.

Art. 18 – Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

Art. 19 – O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo Único – O início do exercício e as alterações que ocorrerem serão comunicadas ao órgão competente, pelo chefe da repartição ou serviço em que estiver lotado o servidor.

Art. 20 – Ao chefe da repartição ou serviço onde for designado o servidor compete dar-lhe exercício.

Art. 21 – O exercício do cargo terá início dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, contados:

I – da data da posse;

II – da data da publicação oficial do ato, no caso de remoção, readaptação, reintegração, aproveitamento, reversão, redistribuição, transferência e recondução.

§ 1º - Os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogados por 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado e a juízo da autoridade competente, devidamente justificado.



§ 2º - O exercício de função gratificada dar-se-á no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da publicação do ato de designação.

§ 3º - No caso da remoção, o prazo para exercício de servidor em férias ou licença será contado da data em que retornar ao serviço.

§ 4º - O servidor empossado que não entrar em exercício dentro do prazo fixado, será exonerado.

Art. 22 – A transferência, promoção ou a ascensão não interrompem o tempo de exercício, que é contado do novo posicionamento na carreira, a partir da data da publicação do ato que transferir ou ascender o servidor.

Art. 23 – Ao entrar em exercício o servidor apresentará, ao órgão competente, os elementos necessários ao assentamento individual.

Art. 24 – Salvo os casos previstos nesta Lei, o servidor que interromper o exercício por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, ficará sujeito a processo administrativo, com pena de demissão por abandono de cargo.

Seção V **Da Frequência e do Horário**

Art. 25 – A frequência será apurada por meio de Ponto.

§ 1º - Ponto é o registro pelo qual se verificará, diariamente, a entrada e saída dos servidores.

§ 2º - Nos registros de ponto, deverão ser lançados todos os elementos necessários à apuração da frequência.

Art. 26 – É vedado dispensar o servidor do registro de ponto, salvo nos casos expressamente previsto em lei ou regulamento.

Art. 27 – Os ocupantes de cargos de provimento efetivo ficam sujeitos a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo quando houver outra Lei que estabeleça horário específico.

Parágrafo Único – Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração.

Seção VI **Do Estágio Probatório**



Art. 28 – Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: (*caput com nova redação dada pela LC nº 7, de 9/12/2008*)

I – assiduidade;

II – disciplina;

III – capacidade de iniciativa;

IV – produtividade;

V – responsabilidade.

Art. 29 – O Chefe imediato do Servidor em estágio probatório, informará a seu respeito, reservadamente, 90 (noventa) dias antes do término do período, ao órgão de pessoal, com relação ao preenchimento dos requisitos mencionados no artigo anterior, observado em qualquer caso o regulamento que trata das avaliações de desempenho.

§ 1º - De posse da informação, o órgão de pessoal emitirá parecer concluindo a favor ou contra a confirmação do Servidor em estágio.

§ 2º - Se o parecer for contrário à permanência do servidor, dar-se-lhe-á conhecimento deste, para efeito de apresentação de defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º - O órgão de pessoal encaminhará o parecer e a defesa à autoridade competente, que decidirá sobre a exoneração ou a manutenção do servidor.

§ 4º - Se a autoridade considerar aconselhável a exoneração do servidor, ser-lhe-á encaminhado o respectivo ato; caso contrário fica automaticamente ratificado o ato de nomeação.

§ 5º - A apuração dos requisitos mencionados no Art. 28 deverá processar-se de modo que a exoneração se houver, possa ser feita antes de findo o período do estágio probatório.

Art. 30 – Ficarà dispensado de novo estágio probatório o servidor estável que for nomeado para outro cargo público municipal.

Seção VII Da Estabilidade

Art. 31 – O Servidor, habilitado em concurso público é empossado em cargo de carreira, adquirirá estabilidade no cargo ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício. (*caput com nova redação dada pela LC nº 7, de 9/12/2008*)

Art. 32 – O Servidor estável só perderá o cargo em virtude da sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.



Seção VIII Da Readaptação

Art. 33 – Readaptação é a investidura do servidor estável, em cargo compatível com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial.

Parágrafo Único – A readaptação será efetivada em cargo de carreira de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

Art. 34 – A readaptação será feita a pedido ou “ex-officio” e será processada:

I – quando provisória, mediante ato do Secretário de Administração, considerando a redução ou atribuição de novos encargos ao servidor, na mesma ou em outra unidade administrativa, respeitada a hierarquia e as funções do seu cargo.

II – quando definitiva, por ato do Prefeito, em cargo de carreira e de atribuições afins, mediante transferência, observados os requisitos de habilitação exigidos.

Art. 35 – Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

Art. 36 – A readaptação não acarretará aumento ou redução de vencimento ou remuneração do servidor.

Seção IX Da Reversão

Art. 37 – Reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinados da aposentadoria.

§ 1º - A reversão far-se-á “ex-officio” ou a pedido, no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação, atendendo a habilitação profissional do servidor.

§ 2º - Encontrando-se provido de cargo em comissão, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 38 – Não poderá ocorrer reversão quando o aposentado tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Seção X Da Reintegração

Art. 39 – Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial com ressarcimento de todos os direitos e vantagens.



§ 1º - Se o cargo estiver provido, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização ou aproveitamento em outro cargo equivalente.

§ 2º - Se o cargo houver sido extinto a reintegração far-se-á em cargo equivalente, respeitada a habilitação profissional, ou não sendo possível, o servidor ficará em disponibilidade remunerada.

§ 3º - Até o julgamento final, o cargo só poderá ser preenchido precariamente.

Seção XI

Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 40 – O servidor estável será posto em disponibilidade, com vencimentos integrais, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade.

Art. 41 – O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório no prazo máximo de 12 (doze) meses em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo Único – O órgão de pessoal determinará o imediato aproveitamento do servidor em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 42 – O aproveitamento de servidor que se encontre em disponibilidade dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental, por junta médica oficial.

§ 1º - Se julgado apto, o servidor assumirá o exercício do cargo no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de aproveitamento.

§ 2º - Verificada a incapacidade definitiva, o servidor em disponibilidade será aposentado.

Art. 43 – Será tornado sem efeito o aproveitamento e extinta a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo em caso de doença comprovada por junta médica oficial.

§ 1º - A hipótese prevista neste artigo, configurará abandono do cargo apurado mediante inquérito na forma desta Lei.

§ 2º - Nos casos de extinção de órgão ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade, até seu aproveitamento.

Seção XII

Da Recondução



Art. 44 – Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

- I** – inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;
- II** – reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo Único – Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no Art. 41 desta Lei.

CAPÍTULO II

Da Vacância

Art. 45 – A vacância do cargo público decorrerá de:

- I** – exoneração;
- II** – demissão;
- III** – promoção;
- IV** – ascensão;
- V** – Transferência;
- VI** – posse em outro cargo inacumulável;
- VII** – aposentadoria;
- VIII** – falecimento.

Parágrafo Único – A vacância por ascensão ocorrerá nos termos do inciso I, do Art. 48.

Art. 46 – A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou “ex-officio”.

Parágrafo Único – A exoneração “ex-officio” será aplicada:

- I** – quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
- II** – quando tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido;
- III** – quando, por decorrência de prazo, ficar extinta a disponibilidade.

Art. 47 – A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

- I** – a juízo da autoridade competente;
- II** – a pedido do próprio servidor.

Parágrafo Único – o afastamento do servidor da função de direção, chefia e assessoramento dar-se-á:

- I** – a pedido;



II – mediante dispensa nos casos de:

- a) - promoção;
- b) - cumprimento do prazo exigido para rotatividade na função;
- c) - falta de exaço, no exercício de suas atribuições, segundo o resultado do processo de avaliação, conforme estabelecido em lei e regulamento;
- d) - afastamento de que trata o art. 101, § 1º.

Art. 48 – A vaga ocorrerá:

- I** – na data da vigência do ato de ascensão, ou promoção funcional, transferência, aposentadoria exoneração ou demissão do ocupante do cargo;
- II** – na data do falecimento do ocupante do cargo;
- III** – na data da vigência do ato que criar o cargo ou permitir seu aproveitamento;
- IV** – imediatamente àquela em que o servidor completar 70 (setenta) anos de idade;
- V** – da posse em outro cargo de acumulação proibida.

Art. 49 – Quando se tratar de função gratificada dar-se-á a vacância por dispensa, a pedido, “ex-ofício” ou por falecimento do ocupante.

CAPÍTULO III **Da Remoção e da Redistribuição**

Seção I **Da Remoção**

Art. 50 – Remoção é deslocamento do servidor, a pedido ou “ex-ofício”, com preenchimento de cargo vago, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

Art. 51 – Dar-se-á a remoção de:

- I** – uma secretaria para outra;
- II** – uma localidade para outra, dentro do território do Município, no âmbito de cada secretaria.

§ 1º - A remoção destina-se a preencher vaga existente na unidade ou localidade vedado seu processamento quando não houver vaga a ser preenchida, exceto no caso de permuta.

§ 2º - A remoção por permuta será processada a requerimento de ambos os interessados, com anuência dos respectivos secretários ou dirigentes de órgão, conforme prescrição neste capítulo.



Seção II

Da Redistribuição

Art. 52 – Redistribuição é a movimentação do servidor, com o respectivo cargo, para o quadro de pessoal de outro órgão ou entidade do mesmo poder cujo plano de cargos e vencimentos seja idêntico, observado sempre o interesse da Administração.

§ 1º - A redistribuição dar-se-á exclusivamente para ajustamento de quadros de pessoal às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

§ 2º - Nos casos de extinção de órgãos ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidades até seu aproveitamento na forma do artigo 41.

CAPÍTULO IV

Da Substituição

Art. 53 – Haverá substituição, nos impedimentos ocasionais ou temporários, dos ocupantes de cargos em comissão de Direção superior ou de função gratificada.

Art. 54 – A substituição na função gratificada independe de posse e será automática ou dependerá de ato da Administração, devendo recair sempre em servidor do quadro.

§ 1º - A substituição automática é a estabelecida em Lei ou regulamento e processar-se-á independentemente de ato.

§ 2º - Quando depender de ato da Administração, se a substituição for indispensável, o substituto será designado por ato do Prefeito ou do titular da Secretaria ou órgão, conforme o caso.

§ 3º - O substituto fará jus à remuneração pelo exercício do cargo em comissão ou função de direção ou chefia, paga na proporção dos dias da efetiva substituição.

§ 4º - A substituição remunerada dependerá de ato da autoridade competente para designar, exceto nos casos de substituição previstos em Lei ou regulamento.

§ 5º - Quando se tratar de detentor de cargo em comissão ou função gratificada, o substituto fará jus somente à diferença da remuneração.

TÍTULO III

Do Sistema da Carreira



Art. 55 – A carreira consolidar-se-á sob a forma de progressão, promoção e ascensão funcional.

CAPÍTULO I **Da Progressão Funcional**

Art. 56 – A progressão funcional dar-se-á pela passagem de uma referência de vencimento para outra imediatamente superior, na mesma classe, a requerimento do servidor, sempre que completar aniversário de sua posse, condicionada, entretanto, no nível de produtividade e aperfeiçoamento de concorrente, que será medido através da avaliação de desempenho, conforme previsto em regulamento.

CAPÍTULO II **Da Promoção**

Art. 57 – A promoção funcional é a passagem para nível imediatamente superior da categoria funcional em que se encontra e se dará da dependência de existir vaga.

Parágrafo Único – Somente poderá ser promovido o servidor que tenha dois anos de efetivo exercício no cargo.

CAPÍTULO III **Da Ascensão Funcional**

Art. 58 – A ascensão funcional ocorrerá quando o servidor alcançar a última referência da última classe do seu cargo, observado um interstício mínimo de permanência nessa referência de 01 (um) ano, condicionada, entretanto, a existência de vaga na classe inicial de outro cargo, na linha definida de carreira.

Parágrafo Único – Para o efeito deste artigo, além da existência de vaga o servidor se obriga a comprovação de sua qualificação e ser submetido a um processo seletivo de provas ou de títulos.

CAPÍTULO IV **Da Transferência**

Art. 59 – Transferência é a movimentação do servidor estável, de um cargo efetivo de carreira para outro de igual denominação ou de denominação diversa, para o mesmo ou para o quadro de pessoal diverso.

§ 1º - A transferência para cargo de denominação diversa dependerá da satisfação de exigência do grau de escolaridade para o exercício do novo cargo e homologação do Prefeito.



§ 2º - Na transferência para cargo de igual denominação, de quadro de pessoal diverso, não haverá alteração de classe nem de vencimento.

§ 3º - Será permitida a transferência de ocupante de cargo pertencente a quadro em extinção, para quadro de outra entidade, observado o disposto nos parágrafos anteriores.

Art. 60 – A transferência para cargo de igual denominação de quadro de pessoal diverso, poderá ocorrer “ex-officio” ou a pedido do servidor, observado o interesse do serviço e dependerá, em qualquer hipótese, da existência de vaga.

TÍTULO IV **Dos Direitos e Vantagens**

CAPÍTULO I **Dos Direitos** **Seção I** **Do Vencimento e da Remuneração**

Art. 61 – Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, conforme símbolos, padrões e referências com valores fixado em Lei.

Art. 62 – Remuneração é o vencimento do cargo de carreira acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecido em Lei.

§ 1º - O vencimento dos cargos públicos é irredutível.

§ 2º - E assegurada à isonomia de vencimento para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Art. 63 – Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, como remuneração, importância superior aos valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único – Excluem-se dos limites fixados neste artigo o abono-família, gratificação natalina, adicional de férias, gratificação por tempo de serviço e as parcelas de caráter indenizatório.

Art. 64 – O vencimento atribuído ao cargo de carreira não pode ser inferior ao salário mínimo.

§ 1º - O pagamento da remuneração dar-se-á até o dia 05 (cinco) do mês subsequente.



§ 2º - O não pagamento até a data prevista no parágrafo anterior, implicará na correção do seu valor, aplicando-se os índices oficiais de correção diária, a partir do dia seguinte ao do vencimento até a data do efetivo pagamento.

§ 3º - O montante da correção será pago juntamente com o vencimento do mês subsequente, corrigido o seu total até o último dia do mês pelos mesmos índices do parágrafo anterior.

Art. 65 – O servidor perderá:

I – a remuneração dos dias que faltar ao serviço;

II – a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 60(sessenta) minutos.

Art. 66 – Salvo por imposição legal ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

§ 1º - Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição dos custos, na forma definida em regulamento.

§ 2º - Independente do parcelamento previsto nesta lei, o recebimento de quantias indevidas poderá implicar em processo disciplinar para apuração das responsabilidades e aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 67 – As reposições e indenizações ao Erário Municipal serão descontadas em parcelas mensais não excedentes a décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

Art. 68 – O servidor em débito com o Erário Municipal que for demitido, exonerado ou que tiver a sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 60(sessenta) dias para quitá-lo.

Parágrafo Único – A não quitação do débito no prazo previsto implicará na sua inscrição em dívida ativa.

Art. 69 – O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de homologação ou decisão judicial.

Art. 70 – Lei específica assegurará a isonomia de remuneração para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder entre os servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Seção II



Das Férias

Art. 71 – O servidor fará jus, anualmente, a 30(trinta) dias consecutivos de férias, que serão concedidos por ato do Prefeito Municipal, ou da autoridade a quem for delegada competência, em um só período, nos 12(doze) meses subsequentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito, cujo valor deverá ser pago até o máximo de 02(dois) dias antes do início do respectivo período, sendo que o empregado dará quitação do pagamento, com a indicação no documento do início e término do período de férias.

§ 1º - Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12(doze) meses de exercício.

§ 2º - É vedado levar a conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3º - Poderá a Administração Municipal conceder férias coletivas, desde que os servidores essenciais sejam mantidos em atividade.

§ 4º - Sempre que as férias forem concedidas após o decurso de 12(doze) meses depois de completado o período aquisitivo, a respectiva remuneração será paga em dobro.

Art. 72 – O servidor que opera direta e permanentemente com raios X e substâncias radioativas, gozarão obrigatoriamente 20(vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.

Art. 73 – As férias somente poderão ser interrompidas por motivos de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral por motivo superior de interesse público.

Art. 74 – É facultado ao servidor, converter 1/3(um terço) das férias em abono pecuniário, desde que o requeira com pelo menos 30(trinta) dias de antecedência.

§ 1º - Independente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional de 1/3(um terço) da remuneração correspondente ao período de férias.

§ 2º - No caso de servidor exercer função de gratificação ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata o parágrafo anterior.

Seção III

Das Licenças e Afastamentos

Subseção I

Das Disposições Gerais

Art. 75 – Conceder-se-á licença:



- I** – para tratamento de saúde;
- II** – por motivo de doença em pessoa da família;
- III** – a gestante;
- IV** – paternidade;
- V** – para prestação de serviço militar;
- VI** – por motivo de acompanhamento do cônjuge ou companheiro;
- VII** – para atividade política;
- IX** – para tratamento de interesse particular;
- X** – para o exercício de mandato Classista;
- XI** – para qualificação profissional.

§ 1º - O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 24(vinte e quatro) meses, salvo os casos dos incisos V, VI, VII e X.

§ 2º - A licença concedida dentro de 60(sessenta) dias do término de outra da mesma espécie, será considerada como prorrogação.

Art. 76 – Terminada a licença, o servidor reassumirá o exercício, salvo nos casos de prorrogação.

Parágrafo Único – O pedido de prorrogação será apresentado antes de findo o prazo de licença. Se indeferido contar-se-á como licença, sem vencimento, o período compreendido entre a data de seu término e a do conhecimento oficial do despacho denegatório.

Art. 77 – A licença médica é concedida pelo prazo indicado no laudo médico.

§ 1º - 02 (dois) dias antes de terminado o prazo, haverá nova inspeção e o laudo médico concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença, pela aposentadoria ou pela readaptação.

§ 2º - Se o servidor se apresentar a nova inspeção após a época prevista no parágrafo anterior, caso não se justifique a prorrogação, serão considerados como faltas os dias de ausência ao serviço.

Art. 78 – O tempo necessário à inspeção médica será sempre considerado como licença, desde que não fique caracterizada a simulação.

Art. 79 – Quando se verificar, como resultado de inspeção médica pelo órgão competente do Município, ou a quem este indicar, redução de capacidade física do servidor ou estado de saúde que impossibilite o exercício das funções inerentes ao seu cargo, e desde que não se configure a necessidade de aposentadoria, nem de licença para o tratamento de saúde, poderá o servidor ser readaptado.



§ 1º - Na hipótese deste artigo, o servidor submeter-se-á, obrigatoriamente, a inspeção médica, no término do prazo fixado para a readaptação.

§ 2º - Readquirida a capacidade física, o servidor retornará as atividades próprias de seu cargo.

§ 3º - Por ato do Prefeito, o servidor poderá ser readaptado definitivamente, desde que recomendada esta providência através da inspeção médica especializada.

Subseção II

Da Licença para o Tratamento de Saúde

Art. 80 – A licença para tratamento de saúde será concedida ao servidor por inspeção médica, realizada pelo órgão próprio do Município ou na sua falta, quem este indicar.

§ 1º - Incumbe a chefia imediata facilitar a apresentação do servidor a inspeção médica, sempre que este solicitar.

§ 2º - Caso o servidor esteja ausente do Município e absolutamente impossibilitado de locomover-se por motivo de saúde, poderá ser admitido laudo médico particular circunstanciado, desde que o prazo de licença proposto não ultrapasse 30(trinta) dias.

§ 3º - Caso a licença proposta ultrapasse o prazo estipulado no parágrafo anterior, somente serão aceitos laudos firmados por órgão médico oficial do local onde se encontra o servidor.

§ 4º - Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, o laudo somente poderá ser aceito depois de homologado pelo órgão próprio de inspeção médica do Município.

§ 5º - Caso não se justifique as licenças serão consideradas como de licença sem vencimento os dias de ausência ao serviço.

Art. 81 – A licença superior a 90(noventa) dias dependerá de inspeção realizada por junta médica.

Art. 82 – O servidor não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a 24(vinte e quatro) meses, exceto nos casos considerados recuperáveis, em que, por proposta da junta médica, poderá ser prorrogado.

Parágrafo Único – Expirado o prazo deste artigo, o servidor será submetido a nova inspeção médica e aposentado, se julgado definitivamente inválido para o serviço público em geral e não puder ser readaptado.

Art. 83 – Nos processamentos das licenças para tratamento de saúde será observado o devido sigilo sobre os laudos e atestados médicos.



Art. 84 – No curso da licença para tratamento de saúde, o servidor abster-se-á de atividades remuneradas, sob pena de interrupção da licença, com perda total do vencimento, desde o início destas atividades e até que reassuma o cargo.

Parágrafo Único – O período compreendido entre a interrupção da licença e a reassunção será considerado como licença sem vencimento.

Art. 85 – O servidor não poderá recusar-se a inspeção médica, sob pena de suspensão do pagamento do vencimento, até que se realize a inspeção.

Art. 86 – Considerado apto em inspeção médica, o servidor reassumirá o exercício, sob pena de serem computados como falta os dias de ausência.

Art. 87 – No curso da licença poderá o servidor requerer inspeção médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício.

Art. 88 – Será sempre integral o vencimento e respectivas vantagens do servidor licenciado para tratamento de saúde, sendo que após o 15º (décimo quinto) dia, a responsabilidade pelo pagamento passará a ser do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS até a instituição do instituto de previdência dos servidores públicos municipais.

Art. 89 – Em caso de acidente de trabalho ou de doença profissional, será mantido integralmente durante a licença, o vencimento do servidor, correndo ainda por conta do Município despesas com o tratamento médico e hospitalar do servidor que será realizado, sempre que possível, em estabelecimento oficial de assistência médica.

§ 1º - Considera-se acidente de trabalho todo aquele que se verifique pelo exercício das atribuições do cargo, provocando, direta ou indiretamente, lesão corporal, perturbação emocional ou doença que ocasione a morte, a perda parcial ou total, permanente ou temporária da capacidade física ou mental para o trabalho.

§ 2º - Equipara-se ao acidente no trabalho a agressão, quando não provocada, sofrida pelo servidor no serviço ou em razão dele e, a ocorrida no deslocamento para o exercício ou deste para sua residência.

§ 3º - Por doença profissional entende-se a que se atribui, como relação de efeito e causa, as condições inerentes ao serviço ou fatos nele ocorridos.

§ 4º - Nos casos previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, o laudo resultante da inspeção realizada pela junta médica oficial, deverá estabelecer, rigorosamente, a caracterização do acidente no trabalho e da doença profissional.

Subseção III

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família



Art. 90 – Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrastra, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo, ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação por junta médica oficial.

§ 1º - A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através de acompanhamento social.

§ 2º - A licença será concedida sem prejuízo de remuneração do cargo de carreira até 60(sessenta) dias ao ano, podendo ser prorrogada por até 30(trinta) dias, mediante parecer de perícia médica e excedendo estes prazos, sem remuneração.

Subseção IV

Da Licença a Gestantes e Adotantes

Art. 91 – A servidora gestante terá direito, mediante laudo médico, ao aproveitamento em função compatível com seu estado, a contar do 5º(quinto) mês de gestação, sem prejuízo do direito a licença prevista neste artigo.

Art. 92 – A servidora gestante será concedida licença com vencimento integral, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º - A licença poderá ser concedida a partir do início do 8º(oitavo) mês de gestação, salvo prescrição médica em contrário.

§ 2º - No caso de parto anterior a concessão, o prazo será contado a partir deste evento.

§ 3º - No caso de natimorto, decorridos 30(trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4º - No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30(trinta) dias de repouso remunerado.

§ 5º - Quando a saúde do recém-nascido exigir assistência especial será concedida à servidora, pelo prazo necessário e mediante laudo, licença por motivo de doença em pessoa da família, obedecido o art.89 desta lei.

Art. 93 – Para amamentar o próprio filho, até a idade de 06 (seis) meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a 01(uma) hora de descanso, que poderá ser parcelada em 02(dois) períodos de 30(trinta) minutos.

Art. 94 – O servidor que adotar criança até 01(um) ano de idade, serão concedidos 90(noventa) dias de licença remunerada.



Parágrafo Único – No caso de adoção de criança com mais de 01(um) ano de idade, o prazo de que trata este artigo será de 30(trinta) dias.

Subseção V

Da Licença Paternidade

Art. 95 – Ao servidor varão será concedida licença paternidade de 07(sete) dias contada da data do parto ou, no caso de adoção, contada até o 7º(sétimo) dia da adoção.

Subseção VI

Da Licença para o Serviço Militar Obrigatório

Art. 96 – Ao servidor convocado para o serviço militar ou outros encargos de segurança nacional será concedida licença com vencimento integral.

§ 1º - A licença será concedida a vista do documento oficial que prova a incorporação.

§ 2º - Do vencimento descontar-se-á a importância que o servidor perceber na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar, que implicarão na perda do vencimento.

§ 3º - Ao servidor desincorporado conceder-se-á prazo não excedente a 30(trinta) dias para reassumir o exercício do cargo, sem perda do vencimento.

Art. 97 – Ao servidor oficial da reserva das Forças Armadas será concedida a licença com vencimento integral, durante os estágios de serviço militar obrigatório não remunerado, previstos pelos regulamentos militares.

Parágrafo Único – No caso de estágio remunerado fica-lhe assegurado o direito de opção.

Subseção VII

Da Licença para Acompanhar o Cônjuge ou Companheiro

Art. 98 – Poderá ser concedida a licença sem vencimento ao servidor para acompanhar o cônjuge ou companheiro servidor público estadual ou federal que for deslocado para outro ponto do território nacional, ou para o exercício de mandato eletivo Municipal, Estadual ou Federal.

Parágrafo Único – A licença prevista neste artigo será por prazo indeterminado, dependendo de pedido instruído, que deverá ser renovado de 02(dois) em 02(dois) anos.



Art. 99 – Finda a causa da licença, o servidor deverá reassumir o exercício dentro de 30(trinta) dias, a partir dos quais a sua ausência será computada como falta ao serviço.

Art. 100 – O servidor poderá reassumir o exercício do seu cargo a qualquer tempo, embora não esteja finda a causa da licença, não podendo, neste caso renovar o pedido exceto decorrido o prazo previsto no parágrafo único do art.98.

Subseção VIII

Da Licença para Atividade Política

Art. 101 – O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º - O servidor candidato a cargo eletivo que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência, ou desempenha atividade referentes a arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o 15º(décimo quinto) dia seguinte ao pleito ou conforme dispuser Lei específica.

§ 2º - A partir do registro da candidatura e até o 15º(décimo quinto) dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença remunerada, como se em efetivo exercício estivesse.

Subseção IX

Da Licença-Prêmio por assiduidade

Art. 102 – Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor estável fará jus a 03(três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, a ser gozada com a remuneração do cargo, pago nos meses de licença.

§ 1º - Em caso de interrupção do período aquisitivo, por qualquer razão, a contagem do novo quinquênio começará no dia em que o servidor reassumir o exercício.

§ 2º - A licença prêmio não pode ser transformada em pecúnia.

Art. 103 – Não se concederá licença-prêmio ao servidor que, no período aquisitivo:

I – sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II – afastar-se o cargo em virtude de:

- a) licença para tratamento em pessoa da família por tempo superior a 90(noventa) dias;
- b) licença para tratar de interesse particular;



- c) condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
- d) licença para acompanhamento de cônjuge ou companheiro.

III – da concessão de sua licença, a mesma, venha a prejudicar o desempenho do serviço público.

§ 1º - As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de 01(um) mês para cada 03(três) faltas.

§ 2º - É facultado ao servidor fracionar a licença em até 03(três) parcelas, desde que defina previamente os meses para gozo da licença.

Art. 104 – Para possibilitar o controle das concessões de licenças, o órgão de lotação deverá proceder anualmente a escala dos servidores a fim de garantir os recursos orçamentários e financeiros necessários ao pagamento e de forma a não ocasionar prejuízos ao serviço público.

Parágrafo Único – O número de servidores em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a 1/3(um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 105 – Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, será contada em dobro o tempo de licença-prêmio que o servidor não tiver gozado.

Subseção X

Da Licença para Tratar de Interesse Particular

Art. 106 – A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 02(dois) anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º - A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

§ 2º - Não se concederá nova licença antes de decorridos 02(dois) anos do término da anterior.

§ 3º - Não se concederá licença a servidor nomeado, removido, redistribuído, ou transferido, antes de completar 02 (dois) anos de exercício.

Art. 107 – Ao ocupante de cargo em comissão ou função gratificada, não se concederá, nesta qualidade, licença para tratar de interesse particular.



Subseção XI

Da licença para o Desempenho de Mandato Classista

Art. 108 – É assegurado ao servidor o direito a licença em remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe âmbito federal, estadual ou municipal, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, conforme disposto no inciso X do Artigo 75, da presente Lei Complementar.

§ 1º - Somente poderão ser licenciados 01 (um) servidor por entidade, prevalecendo os que ocuparem os cargos hierarquicamente superiores.

§ 2º - A licença terá duração igual ao do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição e por uma única vez.

Subseção XII

Da Licença para Qualificação Profissional

Art. 109 – A licença para qualificação profissional dar-se-á com prévia autorização do prefeito, no âmbito do Poder Executivo, e do Presidente da Câmara Municipal, no âmbito do Poder Legislativo e consiste no afastamento do servidor de suas funções, sem prejuízo dos seus vencimentos, assegurada a sua efetividade para todos os efeitos de carreira.

Art. 110 – Para concessão da licença terão preferência os servidores que satisfaçam os seguintes requisitos:

- I** – cursos superior que não tenha curso igual ou congênere em funcionamento no Município;
- II** – experiência de no mínimo 05(cinco) anos de magistério público municipal;
- III** – curso correlacionado com a área de atuação.

Art. 111 – Quando o curso for realizado próximo ao serviço ou local acessível, poderá ser concedida simples dispensa do expediente durante o horário de realização do curso, permitida a compensação de carga horária, desde que não ultrapasse a jornada semanal prevista em lei.

Parágrafo Único – A dispensa de que trata este artigo deverá ser obrigatoriamente comprovada mediante frequência regular do curso.

Art. 112 – O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:



- a) para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- b) nos casos previstos em lei específica.

Seção IV

Das Concessões

Art. 113 – Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I – por um dia ao mês, para doação de sangue;

II – até um dia, para se alistar como eleitor;

III – até 05(cinco) dias por motivo de:

- a) casamento;
- b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos ou enteados e irmãos;

IV – durante o período em que estiver servindo ao Tribunal do Júri.

V – para servir a outro órgão ou entidade.

§ 1º - O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, nas seguintes hipóteses:

I – para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

II – para exercício de cargo de provimento efetivo.

§ 2º - O ônus da remuneração será de órgão ou entidade cessionária.

§ 3º - A cessão far-se-á mediante portaria.

§ 4º - Cabe ao órgão ou entidade requerer a cessão do servidor, a qual será deferida à critério do cessionário.

§ 5º - A cessão de servidor será considerada para todos os efeitos como efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 114 – Será concedido horário especial ao estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto neste artigo, poder-se-á exigir a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.



Art. 115 – Ao servidor licenciado para tratamento de saúde, que necessite ser deslocado do Município para outro ponto do território nacional, para fins de internamento ou exame específico, por determinação médica, poderá ser concedido transporte à conta dos cofres municipais, inclusive para um acompanhante.

Seção V

Do Tempo de Serviço

Art. 116 – A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Parágrafo Único – Na contagem do tempo de serviço para efeito de aposentadoria e disponibilidade, uma vez feita a conversão, a fração superior a 182(cento e oitenta e dois) dias será considerada um ano.

Art. 117 – Os dias de efetivo exercício serão apurados a vista de documentação própria que comprove a frequência.

Art. 118 – Admitir-se-á como documentação própria comprobatória do tempo de serviço:

I – certidão circunstanciada, firmada por autoridade competente, contendo todos os eventos registrados nos assentamentos funcionais do interessado, período por período;

II – certidão de frequência;

III – justificação judicial, nos casos de impossibilidade de outros meios de provas, desde que presente o procurador do Município;

Art. 119 – Será considerado como de efetivo exercício o afastamento por motivo de:

I – férias;

II – casamento e luto, até 05(cinco) dias;

III – exercício de outro cargo ou função de governo de provimento em comissão ou em substituição, no serviço público municipal, estadual, inclusive autarquias e ou federal, fundações públicas, desde que autorizados pelo prefeito, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens;

IV – licença-prêmio por assiduidade;

V – licença gestante e à adotante;

VI – licença paternidade;

VII – licença para tratamento de saúde;

VIII – licença por motivo de doença em pessoa da família, desde que não excedam 90(noventa) dias;

IX – acidente em serviço ou doença profissional;



- X** – doença de notificação compulsória;
XI – missão oficial;
XII – estudo no exterior ou em qualquer parte do território nacional, desde que no interesse da Administração e não ultrapasse 12(doze) meses;
XIII – prestação de provas ou exame em curso regular ou em concurso público;
XIV – recolhimento à prisão se absolvido no final;
XV – suspensão preventiva, se absolvido no final;
XVI – convocação para o serviço militar ou encargo de segurança nacional, serviço eleitoral, júri e outros serviços obrigatórios por lei;
XVII – trânsito para ter exercício em nova unidade de trabalho desde que fora da sede do Município;
XVIII – faltas por motivo de doença comprovada, inclusive em pessoa da família, até o máximo de 03(três) durante o mês;
XIX – candidatura a cargo eletivo, durante o lapso de tempo entre o registro eleitoral e até o 15º (décimo quinto) dia após a eleição;
XX – mandato legislativo ou executivo, federal ou estadual;
XXI – mandato de prefeito ou vice-prefeito;
XXII – mandato classista;
XXIII – mandato de Vereador, quando não existir compatibilidade de horário entre o seu exercício e o cargo público.

Art. 120 – Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

- I** – o tempo de serviço público prestado a União, Estados e outros Municípios;
II – a licença para tratamento de saúde de pessoa da família do servidor, até 90(noventa) dias;
III – a licença para atividade política, no caso do art. 101, “caput”;
IV – o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, anterior ao ingresso no serviço público municipal;
V – o tempo de serviço em atividade privada, vinculado a previdência social, devidamente observado em certidão oficial;
VI – em dobro o tempo de licença-prêmio não gozada;
VII – o tempo de serviço militar prestado as Forças Armadas, durante a paz, computando-se em dobro o tempo de operações de guerra.

§ 1º - O tempo em que o servidor esteve aposentado ou em disponibilidade será apenas contado para nova aposentadoria ou disponibilidade.

§ 2º - É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidade dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Seção VII



Da Aposentadoria

Art. 121 – O servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei e proporcionais nos demais casos;

II – compulsoriamente, aos 70(setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente:

a) aos 35(trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30(trinta) anos, se mulher, com proventos integrais;

b) aos 30(trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25(vinte e cinco) anos, se professora, com proventos integrais;

c) aos 30(trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25(vinte e cinco) anos, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos 65(sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60(sessenta) anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado do mal de paget (osteíte deformante, síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS)), e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.

§ 2º - No caso de exercício de atividade considerada penosa, insalubre ou perigosa, o tempo para aposentadoria de que trata o inciso III, “a” e “c” poderá ser reduzido observando-se o disposto em lei específica.

Art. 122 – A aposentadoria compulsória é automática e será declarada por ato com vigência na data em que o servidor atingir a idade limite.

Art. 123 – A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

§ 1º - A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24(vinte e quatro) meses.

§ 2º - Expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o servidor será aposentado.



§ 3º - O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato da aposentadoria será considerado como de prorrogação de licença.

Art. 124 – Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modifique a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos ao servidor em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 125 – Ao servidor aposentado será paga a gratificação natalina, na forma prevista nesta lei.

Seção VII

Da Previdência e da Assistência

Art. 126 – Os servidores municipais contribuirão para o custeio, em seu benefício, de sistema próprio de previdência, na forma prevista em lei.

Seção VIII

Da Pensão Especial

Art. 127 – Aos dependentes de servidor falecido em consequência de acidente em serviço ou em virtude de doença em razão dela adquirida, é assegurada pensão mensal equivalente ao vencimento, mais vantagens percebidas em caráter permanente, por ocasião do óbito.

§ 1º - a comprovação do falecimento por doença adquirida em serviço, será apurada por junta médica, que se valerá, se necessário, de perícia.

§ 2º - A comprovação de falecimento por acidente em trabalho, será apurada mediante processo administrativo.

Art. 128 – A pensão será devidamente atualizada, na mesma forma e data, sempre que se modifique a remuneração do pessoal em atividade.

Art. 129 – O disposto nesta seção aplica-se, também, aos beneficiários do inativo quando o evento morte for consequência direta de acidente em serviço ou doença profissional.

Art. 130 – Ao ocupante de cargo em comissão que, no exercício deste, for acometido de doença profissional grave, contagiosa ou incurável, quando não possuir direito a aposentadoria, seja paga pelo Município ou pelo órgão de previdência social, será concedida uma pensão equivalente ao vencimento mais vantagens do cargo, uma vez comprovada a invalidez por junta médica especial.



Parágrafo Único – O retorno do pensionista a qualquer atividade remunerada, seja na área pública ou privada, importará na suspensão automática do pagamento do benefício.

Art. 131 – As pensões distinguem-se, quanto a natureza, em vitalícias e temporárias.

§ 1º - A pensão vitalícia é composta de cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários.

§ 2º - A pensão temporária é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez ou maioridade do beneficiário.

Art. 132 – São beneficiários das pensões:

I – Vitalícia:

- a) o cônjuge;
- b) as pessoas desquitadas, separadas judicialmente ou divorciadas, com percepção de pensão alimentícia;
- c) o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar;
- d) a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor;
- e) a pessoa designada, maior de 60(sessenta) anos e as pessoas portadoras de deficiência, que vivam sob a dependência econômica do servidor.

II – temporária:

- a) os filhos, ou enteados, até 21(vinte e um) anos de idade ou se inválidos, enquanto durar a invalidez;
- b) o menor sob guarda ou tutela até 21(vinte e um) anos de idade;
- c) o irmão órfão, até 21(vinte e um) anos e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovem dependência econômica do servidor;
- d) a pessoa designada que viva na dependência econômica do servidor, até 21(vinte e um) anos, ou se inválida, enquanto durar a invalidez.

§ 1º - A concessão de pensão vitalícia aos beneficiários de que tratam as alíneas “a” e “c” do inciso I deste artigo exclui desse direito os demais beneficiários referidos nas alíneas “d” e “e”.

§ 2º - A concessão da pensão temporária aos beneficiários de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso II deste artigo exclui desse direito os demais beneficiários nas alíneas “c” e “d”.

Art. 133 – Ocorrendo habilitação de vários titulares a pensão por morte, o seu valor será distribuído em partes iguais, entre os beneficiários habilitados.



Art. 134 – Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que impliquem exclusão de beneficiários ou redução de pensão, só produzirá efeitos a partir da data em que foi oferecida.

Art. 135 – Não faz jus a pensão o beneficiário condenado pela prática de crime doloso de que resultou a morte do servidor.

Art. 136 – Será concedida pensão provisória por morte presumida do servidor, nos seguintes casos:

- I** – declaração de ausência, pela autoridade judiciária competente;
- II** – desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço;
- III** – desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo em missão de segurança.

Parágrafo Único – A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 05(cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento automaticamente cancelado.

Art. 137 – Acarretará perda da qualidade de beneficiário:

- I** – o seu falecimento;
- II** – a anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão do cônjuge;
- III** – cessação da invalidez em se tratando de beneficiário inválido;
- IV** – a maioridade de filho, irmão, órfão ou pessoa designada aos 21 (vinte e um) anos de idade;
- V** – renúncia expressa.

Art. 138 – Por morte ou perda de qualidade de beneficiário a pensão reverterá:

- I** – da pensão vitalícia para os remanescentes desta ou para os titulares da pensão temporária;
- II** – da pensão temporária, para os co-beneficiários ou, na falta destes, para o beneficiário da pensão vitalícia.

Art. 139 – A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo somente as prestações exigíveis há mais de 05(cinco) anos.

Art. 140 – Ressalvado o direito de opção e vedada a percepção cumulativa da pensão, salvo a hipótese de 02(duas) pensões originárias de cargos ou empregos públicos legitimamente acumuláveis.

Seção IX



Do Direito da Petição

Art. 141 – É assegurado ao servidor o direito de petição, em sua plenitude, assim como o de representar.

§ 1º - O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidir ou se for o caso, encaminhado por intermédio daquela à que estiver imediatamente subordinado o requerente.

§ 2º - Cabe pedido de reconsideração, à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

§ 3º - O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os parágrafos anteriores, salvo os casos que necessitem de diligências ou estudos especiais, deverão ser despachados no prazo de 05(cinco) dias e decididos em 30(trinta) dias.

Art. 142 – Caberá recurso:

I – do indeferimento do pedido da reconsideração;

II – das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos;

§ 1º - O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal.

§ 2º - O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 143 – O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30(trinta) dias, a contar da publicação ou ciência, pelo interessado, de decisão recorrida.

Art. 144 – O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo do Prefeito Municipal.

Parágrafo Único – Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou de recurso, os efeitos da decisão retroagirão a data do ato impugnado.

Art. 145 – A representação será apreciada sempre pelo Prefeito Municipal.

Art. 146 – O direito de petição prescreve:

I – em 05(cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade ou que afetem interesse patrimonial e crédito resultante das relações de trabalho;

II – em 120(cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.



Parágrafo Único – O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 147 – O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Parágrafo Único – Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará a ser contado, pelo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

Art. 148 – A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Art. 149 – Para o exercício do direito de petição é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído.

Art. 150 – A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 151 – São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste capítulo, salvo motivo de força maior.

CAPÍTULO II

Das Vantagens

Art. 152 – Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I – indenização;

II – auxílios pecuniários;

III – gratificação e adicionais.

§ 1º - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao vencimento ou provento, para qualquer efeito.

§ 2º - As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados nesta lei.

Art. 153 – As vantagens pecuniárias não serão computadas e nem acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Seção I

Das Indenizações

Art. 154 – Constituem indenizações ao servidor:



- I** – ajuda de custo;
- II** – diárias;
- III** – transporte.

Subseção I

Da Ajuda de Custo

Art. 155 – A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas do servidor que, no interesse do serviço, for deslocado do Município por prazo certo.

Art. 156 – Não será concedida ajuda de custos ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

Art. 157 – A ajuda de custo ao servidor, não pode exceder a importância correspondente a 03(três) meses de seu vencimento base.

Art. 158 – Nos casos de afastamento para prestar serviços em outro órgão ou entidade, a ajuda de custo será paga pelo cessionário.

Art. 159 – Não será devida ajuda de custo, quando se tratar de mudança de sede ou domicílio, a pedido do servidor.

Art. 160 – O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo, quando, injustificadamente, não se apresentar para as funções, ou ainda, pedir exoneração antes de completar 90(noventa) dias de exercício para onde foi designado.

Parágrafo Único – Não haverá obrigação de restituir, no caso de exoneração “ex-officio”, ou quando o retorno for determinado pela Administração.

Subseção II

Das Diárias

Art. 161 – O servidor que, a serviço, tiver de afastar da sede, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território do Estado ou do País, fará jus a passagem e diárias, nos termos previstos em Lei..

§ 1º - A diária será concedida por dia de afastamento.

§ 2º - Não poderão ser pagas mais de 15(quinze) diárias no mês, por servidor.

§ 3º - O valor das diárias será definido em Lei, não podendo ser inferior a 3/30 do vencimento base dos cargos.



Art. 162 – O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, ficará obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 05(cinco) dias.

Subseção III

Do Transporte

Art. 163 – Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força de atribuição própria do cargo, conforme regulamento.

§ 1º - Somente fará jus a indenização de transporte, pelo seu valor integral, o servidor que, no mês, haja efetivamente realizado serviços externos durante, pelo menos, 20(vinte) dias.

§ 2º - Se o número de dias em serviço externo for inferior ao previsto no parágrafo anterior, a indenização será devida na proporção de 1/20 (um vinte avos) por dia de realização de serviço.

Seção II

Dos Auxílios Pecuniários

Art. 164 – Serão concedidos ao servidor ou a sua família os seguintes auxílios pecuniários:

- I – auxílio-transporte;
- II – abono-família.

Subseção I

Do Auxílio-Transporte

Art. 165 – O auxílio-transporte será devido ao servidor ativo nos deslocamentos da residência para o trabalho e do trabalho para a residência, na forma estabelecida em regulamento e, exclusivamente, em transporte coletivo.

Subseção II

Do Abono-Família

Art. 166 – O abono-família é devido por dependente do servidor ativo ou inativo, que viva em sua companhia ou às suas expensas.

§ 1º - São dependentes do servidor, para efeito deste artigo:

- I – o cônjuge, se inválido;
- II – os filhos de qualquer condição, inclusive os adotivos ou os enteados, menores de 14(quatorze) anos ou, de qualquer idade, se inválido;



- III** – os ascendentes, se inválidos;
- IV** – o curatelado por incapacidade civil definitiva;

§ 2º - Para efeito deste artigo, equiparam-se:

- I** – o pai e a mãe, o padrasto, a madrasta e os representantes legais dos incapazes;
- II** – ao cônjuge, a companheira e o companheiro inválido;
- III** – ao filho, menor de 14(quatorze) anos que, mediante autorização judicial, viva sob guarda e sustento do servidor.

§ 3º - Pelo filho inválido, o abono-família será pago em dobro.

Art. 167 – Quando o pai e a mãe forem servidores o abono-família será concedido:

- I** – ao pai, se viverem em comum;
- II** – ao que tiver os dependentes sob sua guarda, se separados;
- III** – a ambos, de acordo com a distribuição dos dependentes.

Art. 168 – Em caso de falecimento do servidor, o abono-família será pago diretamente ao responsável ou representante legal do dependente.

Parágrafo Único – No caso de o servidor falecido não se haver habilidade ao recebimento do abono-família, este poderá ser concedido e pago aos dependentes, observado o disposto neste artigo.

Art. 169 – Não será devido o abono-família quando o dependente for contribuinte da Previdência Social, exercer atividade remunerada ou perceber pensão, inclusive alimentícia, ou tiver outro rendimento em importância igual ou superior ao salário mínimo vigente.

Art. 170 – O abono-família não está sujeito a qualquer imposto, desconto ou contribuição, inclusive para Previdência Social.

Art. 171 – O valor do abono-família será igual a 5%(cinco por cento) da referência inicial do plano de cargos e salários do servidor, devendo ser pago a partir da data em que for protocolado o requerimento.

Seção III

Da Gratificação e Adicionais

Art. 172 – Além do vencimento e das vantagens previstas nesta lei, serão deferidas aos servidores as seguintes gratificações e adicionais:

- I** – gratificação pelo exercício de função de direção, chefia, assessoramento ou assistência;
- II** – gratificação natalina;



- III** – adicional por tempo de serviço;
- IV** – adicional pelo exercício de atividades em condições penosas, insalubres ou perigosas;
- V** – adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- VI** – adicional de férias;
- VII** – adicional noturno;
- VIII** – adicional de produtividade;
- IX** – adicional de produtividade fiscal.

Subseção I

Da Gratificação pelo Exercício de Função de Direção, Chefia, Assessoramento ou Assistência

Art. 173 – Ao servidor investido em função de direção, chefia, assessoramento ou assistência é devida uma gratificação pelo seu exercício.

Parágrafo Único – Os percentuais da gratificação serão estabelecidos em lei, mantida a hierarquia dos níveis da organização, decrescente, a partir da remuneração do Prefeito.

Art. 174 – O servidor público municipal ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do município de durante 05(cinco) anos consecutivos ou 10(dez) alternados, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, por ocasião da aposentadoria remuneração do cargo, aos proventos para todos os efeitos legais, as vantagens pecuniárias da função de confiança, obedecido ao seguinte:

I – a incorporação far-se-á com base nos vencimentos da função mais alta, desempenhada, pelo menos, durante 02(dois) anos;

II – o servidor deverá ter completado pelo menos o tempo de serviço ou a idade necessária para sua aposentadoria voluntária.

§ 1º - Para os fins deste artigo não será considerado o exercício de funções de confiança em outro órgão a nível Federal ou Estadual ou em outros Municípios.

§ 2º - Lei específica estabelecerá a remuneração dos cargos em comissão de que trata o artigo 11, inciso II, inclusive quando exercido por servidor.

Subseção II

Da Gratificação Natalina



Art. 175 – A gratificação natalina, que equivale ao 13º (décimo terceiro) salário previsto na Constituição Federal, correspondente a 1/12(um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício, no respectivo ano.

Parágrafo Único – A fração igual ou superior a 15(quinze) dias será considerada como mês integral.

Art. 176 – A gratificação será paga até o dia 20(vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único – Mediante requerimento do Servidor, poderão ser pagos, a partir do mês de fevereiro, como adiantamento de gratificação natalina, percentual relativo à proporcionalidade dos meses trabalhados, sobre a remuneração ou provento recebido no mês.

Art. 177 – O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês de exoneração.

Art. 178 – A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Subseção IV

Dos Adicionais de Insalubridade, de Penosidade e de Periculosidade

Art. 180 – Os servidores que trabalham em locais insalubres, em contato permanente com substâncias tóxicas, ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo observando-se os seguintes percentuais que incidam sobre os vencimentos-base:

- I** – 20%(vinte por cento) para o grau mínimo;
- II** – 30% (trinta por cento) para o grau médio;
- III** – 40% (quarenta por cento) para o grau máximo.

Art. 181 – O servidor que tiver direito a receber mais de um adicional, será concedido o pagamento do maior deles.

Parágrafo Único – O direito ao adicional de insalubridade, penosidade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Art. 182 – A servidora gestante ou lactante será afastada enquanto durar a gestação e lactação das operações ou locais previstos nesta lei, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.



Art. 183 – A insalubridade, a periculosidade e a penosidade inerentes às funções exercidas pelos servidores serão fixadas com base nas normas técnicas e regulamentos editados pelo Ministério do Trabalho, para a espécie.

Parágrafo Único – O adicional de insalubridade por trabalho em raio X ou substâncias radioativas corresponderá a 1/3(um terço) do vencimento do cargo efetivo e será concedido na forma da legislação pertinente.

Art. 184 – Os locais de trabalho e os servidores que operem com raio X ou substâncias radioativas devem ser mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizantes não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo Único – Os servidores a que se refere este artigo devem ser submetidos a exames clínicos e laboratoriais periódicos.

Art. 185 – São consideradas atividades ou operações perigosas àquelas que por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem em contato permanente do servidor com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado, de acordo com normas e regulamentos editados pelo Ministério do Trabalho.

Parágrafo Único – O trabalho em condições de periculosidade assegura ao servidor o recebimento de adicional de periculosidade no percentual de 30%(trinta por cento) calculado sobre seu vencimento-base.

Art. 186 – São consideradas atividades ou operações penosas, todas aquelas que impliquem em obrigação de remoção de peso superior a 50 (cinquenta) quilos, imposta pela prestação contínua de trabalho do servidor.

Parágrafo Único – O trabalho desenvolvido nas condições expostas neste artigo, assegura ao servidor o recebimento de adicional por serviços penosos, no montante de 30%(trinta por cento) de seu vencimento-base.

Subseção V

Do Adicional por Serviço Extraordinário

Art. 187 – O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50%(cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho e 100%(cem por cento) quando nos sábados, domingos e feriados e/ou entre 22:00 e 07:00 horas.

Art. 188 – Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 02(duas) horas por jornada.



Art. 189 – Ao ocupante de cargo em comissão ou função gratificada, não será devido o adicional previsto no artigo anterior que, também não poderá ser percebido, cumulativamente, com outros previstos em lei ou regulamento.

Subseção VI

Do Adicional de Férias

Art. 190 – Independentemente de solicitação será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional de 1/3(um terço) da remuneração correspondente ao período de férias juntamente com o pagamento do mês.

Subseção VII

Do Adicional Noturno

Art. 191 – O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22(vinte e duas) horas de um dia e 05(cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25%(vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como 52””(cinquenta e dois minutos) e 30”(trinta segundos).

Parágrafo Único – Em se tratando de serviço extraordinário o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no art. 183, deste Estatuto.

Subseção VIII

Do Adicional de Produtividade

Art. 192 – O adicional de produtividade será pago ao servidor que no exercício das atribuições do seu cargo efetivo, participar de programa especial de incentivo a produtividade, em área de atividade que, a critério da administração e no interesse do serviço, possa obter melhores resultados de produção, sem aumento do número de servidores, na forma estabelecida em lei.

Subseção IX

Do Adicional de Produtividade Fiscal

Art. 193 – O adicional de produtividade fiscal será devido quando o Município estabelecer e aos ocupantes de cargos de carreira cuja atribuição principal seja fiscalização da arrecadação de tributos, obras e posturas, e, inspeção e vigilância sanitária municipais, e visando a estimular os servidores no exercício dessa atividade, na forma estabelecida em lei.

Parágrafo Único – Sobre o adicional de produtividade fiscal não incidirá qualquer outra vantagem, ressalvadas apenas a ajuda de custos e a gratificação natalina.



TITULO IV
DO REGIME DISCIPLINAR
CAPÍTULO I
DOS DEVERES

Art. 194 – São deveres do servidor:

- I** – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II** – ser leal à instituição que servir;
- III** – observar as normas legais e regulamentares;
- IV** – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- V** – atender com presteza:
 - a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
 - b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;
 - c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.
- VI** – levar ao conhecimento de autoridade superior às irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- VII** – zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;
- VIII** – guardar sigilo sobre assuntos da repartição;
- IX** – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X** – ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI** – tratar com urbanidade as pessoas;
- XII** – representar contra a ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo Único – A representação de que trata o inciso XII, será encaminhada pela via hierárquica e obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior aquela contra a qual for formulada, assegurando-se ao representado ampla defesa.

CAPÍTULO II
DAS PROIBIÇÕES

Art. 195 – Ao servidor público é proibido:

- I** – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;



- II** – deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;
- III** – deixar de prestar declarações em processo administrativo disciplinar, quando regularmente intimado;
- IV** – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- V** – recusar fé a documento público;
- VI** – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- VII** – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição, ou tornar-se solidário com ela;
- VIII** – referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou os atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral;
- IX** – cometer a pessoa estranha a repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;
- X** – compelir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
- XI** – manter sob chefia imediata cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau;
- XII** – valer-se o cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- XIII** – participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Município;
- XIV** – atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até segundo grau;
- XV** – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XVI** – praticar usura, sob qualquer de suas formas no âmbito do serviço público ou fora dele;
- XVII** – proceder de forma desidiosa;
- XVIII** – cometer a outro servidor atribuições estranhas as do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência ou transitória;
- XIX** – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;
- XX** – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

Art. 196 – Será aplicada a pena de demissão por transgressão dos incisos XII e XX, referidos no artigo anterior.

CAPÍTULO III

DA ACUMULAÇÃO



Art. 197 – Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º - A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e de economia mista, da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios.

§ 2º - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º - A compatibilidade de horários somente será admitida quando houver probabilidade de cumprimento integral da jornada ou do regime de trabalho, em turnos completos, fixados em razão do horário de funcionamento do órgão ou entidade a que o servidor pertencer.

Art. 198 – O servidor vinculado ao regime desta lei que acumular lícitamente 02(dois) cargos de carreira, quando investido em cargo de provimento em comissão ficará afastado de ambos os cargos de carreira e perceberá sua remuneração nos termos da lei referida no parágrafo único do art. 173.

Parágrafo Único – O afastamento previsto neste artigo ocorrerá apenas em relação a um dos cargos, se houver compatibilidade de horários.

Art. 199 – Não se compreende na proibição de acumular, a percepção conjunta de:

- I – proventos de aposentadoria resultante de cargos legalmente acumuláveis;
- II – vencimento, remuneração ou proventos com pensão de qualquer natureza.

Art. 200 – A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quando ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos especializados, de caráter temporário.

Art. 201 – Sem prejuízo dos proventos, poderá o aposentado perceber gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 202 – O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão ou função de confiança, nem participar, remuneradamente, de mais de um órgão de deliberação coletiva.

Art. 203 – Verificado, mediante processo administrativo, que o servidor está acumulando de má fé, fora das condições previstas neste Estatuto, será ele demitido de todos os cargos e funções e obrigado a restituir o que houver recebido ilicitamente.

§ 1º - Provada a boa fé, o servidor será mantido no cargo ou função pela qual optar.



§ 2º - Não fará jus a gratificação prevista neste artigo o servidor cedido ou a disposição de outro órgão ou entidade, exceto os cargos de nomeação exclusiva do Prefeito ou no exercício de função de confiança no âmbito da própria secretaria.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 204 – O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 205 – A responsabilidade civil decorre de ato doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário ou a terceiros.

§ 1º - Nos casos de indenização a Fazenda Municipal, o servidor será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada de numerário nos prazos legais.

§ 2º - Ressalvados os casos do parágrafo anterior, a indenização de prejuízos causados ao Erário poderá ser liquidada na forma prevista no art.67.

§ 3º - Tratando-se de dano causado a terceiros, por dolo ou culpa, e indenizado pelo Município, responderá o servidor perante a Fazenda Pública em ação regressiva.

§ 4º - A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada até o limite do valor da herança recebida.

Art. 206 – A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor, nessa qualidade.

Art. 207 – A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 208 – As sanções civis, penais e administrativas poderão acumular-se, sendo independente entre si, assim como as respectivas instâncias.

Parágrafo Único – A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES



Art. 209 – São penalidades disciplinares:

- I** – advertência;
- II** – suspensão;
- III** – demissão;
- IV** – cassação de disponibilidade ou de aposentadoria;
- V** – destituição de cargo em comissão.

Art. 210 – Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art. 211 – A pena de advertência será aplicada por escrito, nos casos previstos no art. 195 e de inobservância ao dever funcional previsto em lei.

Art. 212 – A pena de suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

§ 1º - O servidor suspenso, durante o período da pena, perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

§ 2º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

§ 3º - Será punido com suspensão de até 15(quinze) dias, o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

Art. 213 – A penalidade de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 03(três) a 05(cinco) anos, respectivamente, de efetivo exercício, se não for praticada nova infração disciplinar.

Parágrafo Único – O cancelamento da penalidade não surtirá efeito retroativo.

Art. 214 – A pena de demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I** – crime contra a Administração Pública;
- II** – abandono de cargo;
- III** – inassiduidade habitual;
- IV** – improbidade administrativa;



V – incontinência pública e conduta escandalosa;
VI – insubordinação grave em serviço;
VII – ofensa física em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
VIII – aplicação irregular de dinheiro público;
IX – revelação de segredo apropriado em razão do cargo;
X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
XI – corrupção;
XII – acumulação ilegal de cargos ou funções públicas;
XIII – transgressão do art. 195, inciso XII e XX;
XIV – ineficiência no exercício do cargo.

§ 1º - A pena de demissão prevista no inciso I e IV será aplicada em decorrência de sentença judicial com trânsito em julgado.

§ 2º - Considerar-se-á abandono de cargo, o não comparecimento do servidor por mais de 30(trinta) dias consecutivos ao serviço, sem justa causa.

§ 3º - Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 60(sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12(doze) meses.

§ 4º - A pena de demissão por ineficiência no serviço, só será aplicada quando verificada a impossibilidade de readaptação do servidor.

Art. 215 – A acumulação de que trata o inciso XII do artigo anterior se de boa fé acarreta a demissão de um dos cargos ou funções, dando-se o prazo de 15(quinze) dias ao servidor, para opção.

§ 1º - Se comprovado que a acumulação se deu por má fé, o servidor será demitido de ambos os cargos e obrigado a devolver o que houver recebido indevidamente dos cofres públicos.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, sendo um dos cargos ou função exercido na União, Estados, Distrito Federal ou outro Município, a demissão será comunicada ao outro órgão ou entidade onde ocorrerá a acumulação.

Art. 216 – A demissão nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 214 implica na indisponibilidade dos bens e o ressarcimento do Erário, sem prejuízo de ação penal cabível.

Art. 217 – A demissão por infringência ao art. 195, incisos XII e XIV, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo ou função pública municipal, pelo prazo mínimo de 05(cinco) anos.

Art. 218 – Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for demitido por infringência ao art.214, inciso I, IV, VIII, X e XI.



Art. 219 – Atendida a gravidade da falta, a pena da demissão poderá ser aplicada como nota pública “a bem do servidor público”, a qual constará, obrigatoriamente, do ato demissório.

Art. 220 – Será cassada a disponibilidade do servidor que não assumir, no prazo legal, o exercício do cargo ou função em que for aproveitado.

Art. 221 – O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 222 – As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I – pelo Prefeito Municipal:

- a) em caso de demissão e cassação de disponibilidade ou aposentadoria;
- b) quando se tratar de destituição de cargo em comissão de não ocupante de cargo efetivo;

II – pelo secretário a suspensão superior a 30(trinta) dias;

III – pelo chefe imediato nos casos de advertência e suspensão de até 30(trinta) dias.

Art. 223 – A ação disciplinar prescreverá:

I – em 05(cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II – em 02(dois) anos, quanto à suspensão;

III – em 180(cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º - o prazo de prescrição começa a correr da data em que o ilícito foi praticado ou do momento em que se tornou conhecido.

§ 2º - Os prazos de prescrição previsto na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º - Interrompido o curso de prescrição, este recomeçará a correr, pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

TÍTULO IV

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 224 – O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação imediata com atribuições do seu cargo.

Parágrafo Único – As disposições deste título aplicam-se a qualquer cargo compreendido no quadro Permanente, Suplementar ou Provisório do Município, de suas Autarquias e Fundações.

Art. 225 – A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou inquérito administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 226 – As denúncias sobre as irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenha a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo Único – Quando o fato narrado não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

Art. 227 – O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 03(três) servidores estáveis, designados pelo Prefeito Municipal, que indicará entre eles o seu Presidente.

§ 1º - A comissão terá como secretário, servidor designado pelo seu Presidente, podendo a designação cair em um dos seus membros.

§ 2º - Não poderá participar da comissão de sindicância ou de inquérito administrativo, parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta e colateral, até o terceiro grau.

§ 3º - A comissão instalará os respectivos trabalhos dentro de 05(cinco) dias da data da publicação do ato de sua constituição.

Art. 228 – A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

Art. 229 – Se, de imediato ou no curso de processo disciplinar, ficar evidenciado que a irregularidade envolve crime, a autoridade instauradora comunicará o fato ao Ministério Público.

Art. 230 – Os órgãos e entidades municipais, sob pena de responsabilidade de seus titulares atenderão com presteza as solicitações da comissão processante, inclusive quanto a



requisição de técnicos e peritos, devendo comunicar prontamente a impossibilidade de atendimento, em caso de força maior.

Art. 231 – Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame parcial, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

Parágrafo Único – A autoridade julgadora não ficará adstrita ao laudo pericial, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

Art. 232 – Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30(trinta) dias, de demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria, ou, destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração do inquérito administrativo disciplinar.

CAPÍTULO II

DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 233 – Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração de irregularidade, a autoridade instauradora do inquérito, sempre que julgar necessário, poderá ordenar o seu afastamento do cargo, pelo prazo de até 30(trinta) dias, sem prejuízo de sua remuneração.

§ 1º - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

§ 2º - Em caso de aplicação de penalidade de suspensão, será computado o afastamento preventivo do servidor.

Art. 234 – É assegurada a contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos do período de afastamento por suspensão preventiva, bem como da percepção da diferença de vencimentos e vantagens, devidamente corrigida, quando reconhecida a incidência do servidor ou a penalidade imposta se limitar a repreensão ou multa.

CAPÍTULO III

DA SINDICÂNCIA

Art. 235 – A sindicância, como meio sumário de verificação, será promovida:

I – como preliminar de inquérito administrativo disciplinar;

II – quando não obrigatória a instauração, desde logo, de inquérito administrativo disciplinar.



Parágrafo Único – A sindicância será conduzida por uma comissão composta de 03(três) servidores estáveis designados pela autoridade que deu posse ao sindicato, indicando dentre eles seu Presidente.

Art. 236 – A comissão incumbida da sindicância, de imediato, procederá as seguintes diligências.

I – inquirição das testemunhas para esclarecimentos dos fatos referidos no ato de instauração e depoimento do sindicato se houver, permitindo a este, a juntada de documentos e indicação de provas;

II – intimação do sindicato, quando concluída a fase probatória para, querendo no prazo de 05(cinco) dias oferecer defesa escrita.

Art. 237 – Comprovada a existência ou inexistência de irregularidades, a comissão dentro do prazo de 30(trinta) dias de sua constituição, apresentará relatório de caráter expositivo, contendo, exclusivamente, os elementos fáticos colhidos, abstendo-se de quaisquer observações ou conclusões de cunho jurídico e encaminhará o processo a autoridade instauradora para:

I – aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30(trinta) dias;

II – abertura de inquérito administrativo;

III – arquivamento do processo.

Parágrafo Único – O prazo referido no “caput” deste artigo, poderá ser prorrogado por igual período.

CAPÍTULO IV

DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 238 – O inquérito administrativo será contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 239 – O relatório de sindicância integrará inquérito administrativo, como peça informativa da instrução do processo.

Art. 240 – O prazo para a conclusão do inquérito não excederá a 30(trinta) dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação, por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.



§ 1º - A comissão de inquérito será composta de 03(três) membros designados pela autoridade que deu posse ao indiciado, e indicará dentre eles seu Presidente.

§ 2º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto até a entrega final do relatório.

§ 3º - As reuniões da comissão serão registradas em atas, que deverão detalhar as deliberações adotadas, e terão caráter reservado.

Art. 241 – A comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 242 – Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá a autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo Único – O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal após a exposição do laudo pericial.

Seção II

Dos Atos e Termos Processuais

Art. 243 – A citação do servidor acusado será feita pessoalmente por mandado expedido pelo Presidente da comissão, ao qual se anexará cópia dos documentos existentes para que o mesmo tome conhecimento dos motivos do processo disciplinar.

Parágrafo Único – Não sendo encontrado o acusado ou ignorado o seu paradeiro, a citação far-se-á por edital, publicado 03(três) vezes na imprensa local ou regional, no prazo de 10(dez) dias, a contar da última publicação.

Art. 244 – O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar a comissão, o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 245 – No caso de recusa do acusado em por o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa, será contado da data declarada em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 02(duas) testemunhas.

Art. 246 – Feita a citação e não comparecendo o acusado, prosseguir-se-á o processo a sua revelia.

Parágrafo Único – A revelia será declarada por tempo nos autos do processo.



Art. 247 – As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo Presidente da comissão, devendo a Segunda via, com o “ciente” dos interessados, ser anexada aos autos.

§ 1º - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandato será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia e hora marcados para a inquirição.

§ 2º - Quando for desconhecido o paradeiro de alguma testemunha, o Presidente solicitará, as repartições competentes, informações necessárias a sua notificação.

Art. 248 – No dia aprazado será ouvido o denunciante, se houver, e na mesma audiência, interrogado o acusado que dentro do prazo de 10(dez) dias, apresentará defesa prévia e o rol de testemunhas, até o limite de 05(cinco), as quais serão notificadas.

§ 1º - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente e, sempre que divergirem em suas declarações sobre os fatos ou circunstâncias, será promovida acareações entre eles.

§ 2º - Respeitado o limite mencionado no “caput” deste artigo, poderá o acusado, durante a instrução, substituir as testemunhas ou indicar outras no lugar das que não comparecerem, com a antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas.

§ 3º - Havendo 02(dois) ou mais indicados, o prazo comum será de 20(vinte) dias.

§ 4º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligência reputadas indispensáveis.

Art. 249 – No mesmo dia da audiência inicial, se possível, e nos dias subseqüentes, tomar-se-á o depoimento das testemunhas apresentadas pelo denunciante ou arroladas pela comissão, e a seguir, o das testemunhas nomeadas pelo acusado.

§ 1º - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito a testemunha trazê-lo por escrito.

§ 2º - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 3º - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

Art. 250 – A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depôr, obedecendo aos termos dos artigos 200 e 206 do Código de Processo Penal.



§ 1º - Ao servidor público que se recusar a depôr sem justa causa será aplicada a sanção cabível pela autoridade competente.

§ 2º - Quando pessoa estranha ao serviço público se recusar a depôr perante a comissão, o Presidente solicitará à autoridade policial a providência cabível, a fim de ser ouvida na polícia.

§ 3º - Na hipótese do parágrafo anterior, o Presidente encaminhará a autoridade policial, deduzidas por itens, a matéria do fato sobre o qual deverá ser ouvida a testemunha.

§ 4º - O servidor que tiver que depôr como testemunha em processo disciplinar, fora da sede de seu exercício, terá direito a transporte e diárias na forma da legislação pertinente.

Art. 251 – Como ato preliminar, ou no decorrer do processo, poderá o Presidente representar junto a autoridade competente, solicitando a suspensão preventiva do acusado.

Art. 252 – Durante o transcorrer do processo, o Presidente poderá ordenar toda e qualquer diligência que se afigure conveniente ao esclarecimento dos fatos.

Parágrafo Único – Caso seja necessário o concurso de técnicos e peritos oficiais, os requisitará a autoridade competente, observado, quanto a estes, os impedimentos contidos nesta lei.

Art. 253 – O Presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Parágrafo Único – Será indeferido o pedido de prova pericial quando a comprovação do fato independe de conhecimento pericial do perito.

Seção III

Da Defesa

Art. 254 – Durante o transcorrer da instrução é assegurada a intervenção do acusado ou de seu defensor, constituído ou nomeado pela comissão.

§ 1º - O defensor constituído ou nomeado no interrogatório, somente será admitido no exercício da defesa se for advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º - Em caso de revelia, o Presidente da comissão designará “ex-officio”, um servidor que deverá ser advogado inscrito na forma prevista no parágrafo anterior, para promover a defesa.

§ 3º - O defensor do acusado, quando designado pelo Presidente da comissão, não poderá abandonar o processo, senão por motivo imperioso, sob pena de responsabilidade.



§ 4º - Não havendo servidor advogado, o Presidente da Comissão solicitará ao Prefeito providências para a contratação de defensor para o servidor acusado.

§ 5º - A falta de comparecimento do defensor ainda que motivada, não determinará o adiamento da instrução, devendo o Presidente da Comissão nomear defensor “ad hoc” para a audiência previamente designada.

Art. 255 – As diligências externas poderão ser acompanhadas pelo servidor acusado e seu defensor.

Art. 256 – Encerrada a instrução, será, dentro de 05(cinco) dias, dada vista do processo ao acusado e seu defensor, para as razões de defesa, pelo prazo de 10(dez) dias.

Art. 257 – Positivada a alienação mental do servidor acusado, será o processo, quanto a este, imediatamente encerrado, providenciadas as medidas médicas e administrativas cabíveis, lavrando-se o termo circunstanciado, prosseguindo o processo em relação aos demais acusados, se houverem.

Art. 258 – Se nas razões de defesa, for argüida a alienação mental e, como prova, for requerido o exame médico do acusado, a comissão autorizará a perícia e, após a juntada do laudo, se positivo, procederá na forma do disposto no artigo anterior.

Art. 259 – Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto a inocência ou a responsabilidade do servidor.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 260 – O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido a autoridade que determinou a sua instauração.

Seção IV

Do Julgamento

Art. 261 – No prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - A decisão deverá conter a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar.

§ 2º - A autoridade julgadora decidirá a vista dos fatos apurados pela comissão, não ficando vinculada às conclusões do relatório.



Art. 262 – Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial e ordenará a constituição de outra comissão para apurar os atos articulados no processo.

§ 1º - Quando a autoridade julgadora entender que os fatos não forem devidamente apurados, determinará o reexame do processo na forma prevista neste artigo.

§ 2º - O julgamento do processo fora do prazo legal não implica em sua nulidade.

§ 3º - A autoridade julgadora que der causa a prescrição será responsabilizada na forma prevista nesta lei.

Art. 263 – Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor acusado.

Art. 264 – Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração de ação penal, ficando translado na repartição.

Art. 265 – O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado do cargo a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO POR ABANDONO DE CARGO

Art. 266 – No caso de abandono de cargo ou função, instaurado o processo e feita a citação na forma prevista no Capítulo IV, Seção II, deste Título, comparecendo o acusado e tomadas as suas declarações, terá ele o prazo de 10(dez) dias para oferecer defesa ou requerer a produção da prova, que poderá versar sobre força maior ou coação ilegal.

Parágrafo Único – Não comparecendo o acusado ou encontrando-se em lugar incerto não sabido, a comissão fará publicar na imprensa local, por 03(três) vezes, o edital de chamamento com prazo de 10 (dez) dias após a última publicação.

Art. 267 – Simultaneamente com a publicação dos Editais, a comissão deverá:

I – requisitar o histórico funcional a frequência do acusado;

II – diligenciar a fim de localizar o acusado;

III – ouvir o chefe da divisão administrativa ou órgão equivalente a que pertencer o servidor;



IV – solicitar aos órgãos competentes os antecedentes médicos, informando, especialmente, do estado mental do acusado faltoso.

Art. 268 – Não atendidos os editais de citação, será o servidor declarado revel e ser-lhe-á nomeado um defensor na forma do art. 254 e seus parágrafos desta lei.

CAPÍTULO VI

DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 269 – O processo disciplinar poderá ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou “ex-officio” quando:

I – a decisão recorrida for contrária a texto expresso em lei ou a evidência dos autos;

II – após a decisão, surgirem novas provas da inocência do punido ou de circunstância que autorizem o abrandamento da pena aplicada;

III – quando a decisão proferida se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos ou eivados de vícios insanáveis.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º - Os pedidos que não se enquadrarem nos casos contidos no elenco deste artigo, serão indeferidos, desde logo, pela autoridade competente.

Art. 270 – O pedido de revisão será interposto perante a autoridade que aplicou a pena, cabendo ao requerente o ônus da prova.

Art. 271 – A revisão, que não poderá agravar a pena já imposta, processar-se-á em apenso ao processo originário.

Art. 272 – Não será admissível a reiteração do pedido, salvo se fundado em novas provas.

Art. 273 – A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos e ainda não apreciados no processo disciplinar.

Art. 274 – O requerimento de revisão do processo será dirigido ao prefeito Municipal, que determinará a constituição de comissão, na forma do art. 227 desta lei.

Parágrafo Único – Será impedido de funcionar na revisão quem houver composto a comissão de processo disciplinar.



Art. 275 – A comissão revisora terá 30(trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 276 – Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão de inquérito.

Art. 277 – O julgamento caberá ao Prefeito Municipal.

§ 1º - O prazo para julgamento será de 15(quinze) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

§ 2º - Concluídas as diligências, será renovado o prazo para julgamento.

Art. 278 – Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos atingidos, exceto em relação a destituição de cargo em comissão, hipótese em que ocorrerá apenas a conversão da penalidade em exoneração.

TÍTULO VII

DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Art. 279 – Para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado, mediante Lei específica que disciplinará tais contratações.

Art. 280 – Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a:

I – programas ou campanhas, por natureza temporárias, na área de saúde pública, assistência social, educação ou esporte;

II – atender as situações de comoção interna ou calamidade pública;

III – substituir professor ou admitir professor visitante, inclusive estrangeiro;

IV – permitir execução de serviço de profissional de notória especialização nas áreas de pesquisa científica e tecnológica;

V – implantação de serviço urgente e inadiável;

VI – consecução de convênio, acordo ou ajuste para a execução de obras ou prestação de serviços;

VII – saída de servidores, mediante afastamento, aposentadoria, demissão voluntária ou outra causa, cuja ausência possa prejudicar a execução dos serviços.

Art. 281 – É vedado o desvio de função do servidor contratado na forma deste Título, bem como sua recontração, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante.



Art. 282 – Nas contratações por tempo determinado serão observados os padrões de vencimentos dos planos de carreira do órgão ou entidade contratante, exceto na hipótese do inciso IV, do Art. 280, quando serão observados os valores do mercado do trabalho.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 283 – O dia do servidor público será comemorado a 28 (vinte e oito) de outubro.

Art. 284 – Poderão ser instituídos os seguintes incentivos funcionais, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira:

I – prêmio pela apresentação de idéias, inventos ou trabalhos que favorecem o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;

II – concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito e condecoração.

§ 1º - Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

§ 2º - Os prazos somente começam a correr a partir do 1º (primeiro) dia útil após a citação, intimação ou notificação.

Art. 286 – Para efeito desta lei, considera-se sede do servidor a localidade em que se situa a repartição onde tenha exercício em caráter permanente.

Art. 287 – É assegurada ao servidor público o direito a livre associação sindical, e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

- a) de ser representado, inclusive como substituto processual;
- b) da inamovibilidade do dirigente sindical, até 01(um) ano após o final do mandato, exceto se a pedido;
- c) de descontar em folha sem ônus para a entidade sindical, o valor das mensalidades e contribuições definidas em Assembléia Geral da categoria, sob autorização do servidor;
- d) de negociação coletiva;
- e) de ajuizamento individual e coletivo, na instância competente do Poder Judiciário.

Art. 288 – O direito de greve será exercido na forma prevista em Lei Federal, assegurada, sempre o funcionamento dos serviços essenciais, inclusive das áreas de saúde e educação.



Art. 289 – Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.

Art. 290 – O tempo de serviço público prestado ao Município, sob qualquer regime será contado integralmente para fins de adicional por tempo de serviço e licença especial.

Art. 291 – Os servidores estáveis e os ainda não estáveis do quadro de pessoal atual que ingressaram nas suas respectivas carreiras através de concurso publico de provas ou de provas e de títulos serão enquadrados nas carreiras na forma prevista em seus planos de carreiras e nos termos deste Estatuto.

Art. 292 – Ficam transformados os empregos públicos em cargos públicos regidos na forma desta Lei.

Art. 293 – Ficam submetidos ao regime desta Lei todos os servidores celetistas e estatutários, exceto aqueles contratados por tempo determinado.

Art. 294 – Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 295 – Revogan-se as disposições em contrário, especialmente o Parágrafo Único do Art. 1º da Lei nº 9, de 22 de janeiro de 2001.

Gabinete do Prefeito aos 17 dias do mês de Outubro de 2007.

Jose Guedes de Souza
Prefeito Municipal

